

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

FERNANDA SILVA ASSUMPÇÃO

**AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS NO
BRASIL: UM OLHAR PARA A ÁREA DE CIÊNCIAS DA SAÚDE**

JUIZ DE FORA
2023

FERNANDA SILVA ASSUMPÇÃO

**AS PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS NO
BRASIL: UM OLHAR PARA A ÁREA DE CIÊNCIAS DA SAÚDE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como parte das exigências para a obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia, no âmbito da Universidade Federal de Juiz de Fora, sob orientação do Prof. Dr. Juliano Guerra Rocha.

Juiz de Fora, 01 de dezembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Juliano Guerra Rocha
Universidade Federal de Juiz de Fora
Orientador

Profa. Dra. Ana Raquel Costa Dias
SME-Goiânia; PUC-GO
Avaliadora

Dedico este trabalho ao meu filho Gustavo, amado e desejado, inspiração para esta pesquisa e incentivo nos estudos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida, por me conceder saúde e o despertar a cada novo dia. Por me dar coragem e força nos vários momentos em que pensei em desistir. Obrigada por me encher de sabedoria para tomar as decisões. Tu sabes de tudo!

À minha mãe, Angela, e meu pai Israel, que não pouparam esforços para me ajudar na concretização deste trabalho, ficando com o “netinho”, todas as vezes em que precisei.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Juliano Guerra Rocha, que logo mostrou interesse pelo meu tema de pesquisa e com muita paciência e suavidade me orientou nessa caminhada. Desde o início, sempre dizia que tudo a meu tempo, sem pressão.

Ao meu tio, João Carlos, sempre disponível para me dar uma carona de moto nos dias de trânsito intenso para ir à faculdade e me ceder um espaço em sua casa para estudos em silêncio.

À instituição de ensino, Universidade Federal de Juiz de Fora, onde vivenciei uma experiência ímpar, bons momentos e proporcionou meu crescimento profissional e no âmbito da pesquisa.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Produção acadêmica sobre alfabetização de crianças na área de ciências da saúde (por ano)	18
Gráfico 2. Produção acadêmica sobre alfabetização de crianças na área de ciências da saúde (por nível)	21
Gráfico 3. Produção acadêmica sobre alfabetização de crianças na área de ciências da saúde (por região)	24

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Quadro de análise 16

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Produção acadêmica sobre alfabetização de crianças na área de ciências da saúde (por universidade)	22
Tabela 2. Produção acadêmica sobre alfabetização de crianças na área de ciências da saúde (por curso)	25
Tabela 3. Produção acadêmica sobre alfabetização de crianças na área de ciências da saúde (por categoria temática)	27

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso está vinculado à pesquisa interinstitucional “Alfabetização no Brasil: o estado conhecimento”, iniciada por Magda Soares em meados da década de 1980, que tem como objetivo realizar um levantamento e fazer um balanço crítico do que já foi produzido sobre o tema alfabetização. No Brasil, ainda persistem grandes taxas de estudantes não alfabetizados/as ou com dificuldades no processo de alfabetização, que, muitas vezes, são encaminhados/as, equivocadamente, para profissionais da área de saúde em busca de diagnósticos e/ou terapias. Portanto, conforme explicita Soares, o fenômeno da alfabetização precisa ser analisado em suas “múltiplas facetas”, em virtude de se constituir como um campo interdisciplinar. Assim sendo, o objetivo geral do presente trabalho foi mapear e analisar as produções acadêmicas sobre alfabetização de crianças no âmbito da área de ciências da saúde. Entre os objetivos específicos propõe-se inventariar as teses e dissertações sobre alfabetização na área de ciências da saúde no Brasil, por ano, nível de pós-graduação, universidade, região e curso; compreender o que a ciências da saúde tem pesquisado sobre a alfabetização, quais os temas e/ou categorias temáticas são abordados pelos/as pesquisadores/as. Para tanto, realizamos uma pesquisa de “estado do conhecimento”, a partir do levantamento de dados da produção acadêmica sobre alfabetização, vinculada aos programas de pós-graduação de ciências da saúde. As pesquisas inventariadas foram retiradas do Banco de Dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Dentre as principais referências teóricas para organização do trabalho, destaca-se as produções Soares (1985, 1989); Soares e Maciel (2000); Maciel (2014, 2019); Maciel e Rocha (2021); Mortatti, Oliveira e Pasquim (2014); Romanowski e Ens (2006); Ferreira (2002), dentre outros. Os resultados apontam que as pesquisas sobre alfabetização, elaboradas na área das ciências da saúde, contribuem com o campo da alfabetização, mediante investigações que orientam o/a professor/a sobre a necessidade de ter um olhar diferenciado para as crianças com dificuldades no processo de aprendizagem da leitura e da escrita. As teses e dissertações reiteram que o diagnóstico realizado pelos profissionais da saúde é mais preciso com a colaboração do/a docente. Conclui-se que, não se deve culpabilizar os/as estudantes pelo fracasso na alfabetização, uma vez que as pesquisas demonstram a necessidade de o/a alfabetizador/a revisar suas metodologias e práticas de ensino, na busca de alfabetizar todas as crianças, enfatizando também a importância do trabalho multidisciplinar.

Palavras-chave: alfabetização de crianças; ciências da saúde; estado do conhecimento; pesquisas acadêmicas.

SUMÁRIO

1. Introdução	10
2. Metodologia	13
3. Análise de dados	18
3.1 Categorias temáticas	27
4. Considerações finais	50
Referências	54

1. INTRODUÇÃO

O tema alfabetização vem ganhando a cada dia mais relevância nas discussões em sociedade e nas comunidades acadêmicas de diversas áreas. Por isso, torna-se imprescindível realizar balanços das produções acadêmico-científicas sobre essa temática para desvelar o que tem sido investigado, quais resultados e lacunas, no intuito de que essas pesquisas sejam socializadas e colaborem para compreensão do fenômeno da alfabetização.

Na década de 1980, a partir de uma encomenda realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), Magda Soares deu início à pesquisa “Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento” (ABEC), tendo como objetivo realizar um levantamento e fazer um balanço crítico do que tinha sido produzido sobre o tema alfabetização. Naquele momento, Soares fez um levantamento de publicações de artigos em revistas especializadas, teses de doutorado, de livre docência e de cátedra, bem como dissertações de mestrado publicadas entre os anos de 1954 e 1986 sobre a temática em evidência (MACIEL; ROCHA, 2021). Como resultado, a autora elaborou um primeiro relatório com os resultados encontrados (SOARES, 1989).

Dada a relevância da pesquisa, Soares em conjunto com outra pesquisadora, Francisca Maciel, deram continuidade à ABEC, analisando, desta vez, apenas dissertações de mestrado e teses de doutorado compreendidas nos anos de 1961 a 1989. Ao final da investigação publicaram um segundo relatório (SOARES; MACIEL, 2000). Desde então, essa investigação vem sendo mantida no Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (Ceale), da Faculdade de Educação (FaE), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Maciel e Rocha (2021) fazem um balanço da história da ABEC e suas fases, destacando que, atualmente, os/as pesquisadores/as buscam temas de seu interesse, fazem um levantamento de dados e análise dos mesmos. Logo, a presente investigação faz parte da ABEC, uma vez que busca realizar um estado do conhecimento a respeito da alfabetização de crianças no Brasil. Insta esclarecer que nossa contribuição para essa pesquisa é que, ao final, incluiremos em seu acervo, as produções acadêmicas aqui inventariadas e analisadas.

Dessa forma, dentro do tema alfabetização de crianças, optamos por focalizar as produções na área de ciências da saúde, observando as interfaces entre essa

área e a de ciências humanas. A escolha por essa área se justificou devido a minha primeira formação ser fonoaudiologia. Em 2009, formei no curso, e em 2011 comecei a trabalhar em um município de Minas Gerais. Durante aproximadamente 12 anos em atendimento no serviço público, recebia muitas crianças com queixas de dificuldades de aprendizagem na leitura e na escrita, dificuldades relativas ao processo de alfabetização. Muitas vezes observava que a escola não sabia distinguir o que era de domínio pedagógico, como as trocas ortográficas, e o que era de competência do fonoaudiólogo. Na busca por um diagnóstico essas crianças eram encaminhadas para terapia. Por esse motivo resolvi cursar a faculdade de pedagogia, para que pudesse compreender melhor o processo de alfabetização, as competências cognitivas e linguísticas necessárias ao aprendizado da leitura e da escrita, as teorias e práticas pedagógicas de forma que me auxiliasse também na prática fonoaudiológica, mas sem tomar o papel de professora durante a terapia.

Em um primeiro momento, interessava-me investigar se o atraso de fala influenciava nas alterações na escrita, porém na busca por dados para compor a pesquisa não foram encontrados trabalhos suficientes, e a necessidade que tínhamos de submeter a pesquisa ao comitê de ética nos fez declinar, em função do tempo hábil para realização da investigação.

Diante disto, ao buscarmos leituras e ao conhecermos o trabalho realizado no âmbito da pesquisa ABEC, optamos por uma pesquisa de estado do conhecimento, tomando como principal problematização: quais as contribuições das produções acadêmicas elaboradas na área das ciências da saúde para o campo da alfabetização de crianças no Brasil? Logo, o objetivo geral do trabalho foi de mapear e analisar as produções acadêmicas sobre alfabetização de crianças no âmbito da área de ciências da saúde.

Entre os objetivos específicos propomos inventariar as produções acadêmicas sobre alfabetização na área de ciências da saúde no Brasil por ano, nível de pós-graduação, universidade, região e curso; compreender o que a ciências da saúde tem pesquisado sobre a alfabetização, quais os temas e/ou categorias temáticas são abordados pelos/as pesquisadores/as.

A metodologia adotada ancorou-se nos procedimentos da pesquisa “Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento” (Ceale/FaE/UFMG), a partir do levantamento de dados da produção acadêmica sobre alfabetização de crianças na área das ciências da saúde. Assumiu um caráter quanti-qualitativo e a análise

apoiou-se num viés descritivo-interpretativista, na medida que descrevemos os dados encontrados e os interpretamos, conforme abordaremos ao longo do trabalho.

À vista disso, adiante especificamos a metodologia, em que descrevemos as etapas de realização do trabalho e os critérios de inclusão e exclusão das produções acadêmicas que compõem o *corpus* da investigação. Na sequência, apresentamos a análise de dados com os resultados encontrados, sob a forma de tabelas e quadros elucidativos. A partir da leitura das teses e dissertações catalogadas, organizamos categorias temáticas para evidenciar as contribuições dos trabalhos das ciências da saúde para a área educacional. Nas considerações finais apontamos as contribuições das pesquisas da área de saúde no campo educacional, enfatizando a relevância do/a professor/a atuar junto ao diagnóstico das crianças com dificuldades ou transtornos de aprendizagem. Abordamos sobre não culpabilizar os/as alunos/as pelo fracasso na alfabetização e a necessidade de o/a professor/a visitar e modificar sua metodologia de ensino para alfabetizar todas as crianças.

Por fim, acreditamos que este tipo de investigação desperta para a importância de que todos os campos façam um levantamento do que tem sido investigado e publicizado em suas áreas de atuação, a fim de compartilhar com a sociedade os achados, as respostas e questões ainda não solucionadas. No que concerne à alfabetização, ainda temos um grande desafio, uma vez que os dados mais recentes demonstram que a cada 10 crianças, 6 terminaram o 2º ano do Ensino Fundamental e não estavam plenamente alfabetizadas. Além de uma pesquisa acadêmica comprometida com a realidade da educação brasileira faz-se “necessário que tenhamos políticas públicas de alfabetização sérias. Governos sérios, nas diferentes instâncias, empenhados em garantir o direito, não apenas ao acesso à escola, mas a que as crianças, jovens e adultos/as tenham sucesso nessa trajetória” (ROCHA; GOULART, 2023, p. 12).

2. METODOLOGIA

Como elucidado anteriormente, a pesquisa “Alfabetização no Brasil: Estado do Conhecimento (ABEC)” foi solicitada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), tendo seu início nos anos de 1980, e surgiu para compreender o porquê do fracasso na alfabetização no Brasil. Procurava-se entender o que era pesquisado sobre alfabetização, quais as preocupações, temas que predominavam entre as publicações, de modo a definir pesquisas ainda necessárias para compreensão do fracasso da escola em alfabetizar as crianças brasileiras (SOARES, 1989).

A partir dessa investigação, o Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (Ceale), criado por Magda Soares, nos anos de 1990, na UFMG, passou a abrigar um Banco de Dados contendo teses e dissertações sobre alfabetização de crianças. Através do levantamento de títulos pertinentes a essa área, leitura dos resumos das produções acadêmicas, faz-se a inclusão, nesse Banco, de trabalhos sobre alfabetização de crianças produzidos em universidades brasileiras. Com a crescente preocupação sobre essa temática, a produção de pesquisas vem aumentando na mesma proporção. Maciel (2019) elucida que, em 2019, a Base já contava com 1.924 trabalhos cadastrados.

A partir de 2021 até o momento atual, a Base de Dados da ABEC vem sofrendo atualizações em seu sistema, de modo que em alguns momentos ficou inoperante. O ensejo é que em 2024 ela seja republicada em portal vinculado ao Ceale. Dessa maneira, objetivando colaborar com a pesquisa, nosso trabalho foi de consulta à Base de Dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), para posteriormente, inserir as pesquisas inventariadas no portal da ABEC.

Insta esclarecer que o objetivo das pesquisas do tipo “estado do conhecimento”, comumente chamadas de “estado da arte” é realizar um levantamento de conhecimentos produzidos a respeito de um tema específico, por meio da análise de publicações. Embora muitas vezes sejam compreendidas como sinônimas, Romanowsky e Ens (2006) fazem uma distinção entre esses termos. Para elas, “estado do conhecimento” refere-se ao estudo de apenas um setor das publicações sobre o tema pesquisado, já o “estado da arte” é mais abrangente envolvendo vários tipos de publicação.

A pesquisa de “estado do conhecimento” tem um papel fundamental no campo educacional, a partir do momento em que permite identificar contribuições teóricas e práticas pedagógicas, revelar experiências que podem possibilitar a solução de problemas, apontar lacunas, demonstrando o que vem sendo tendência ou não nas pesquisas (ROMANOWSKY; ENS, 2006). Maciel (2014, p. 109), afirma que pesquisas desse tipo “podem conduzir à plena compreensão do estado atingido pelo conhecimento a respeito de determinado tema – sua amplitude, tendências teóricas, vertentes metodológicas”.

No anseio de divulgar para a sociedade os saberes produzidos, a busca por teses e dissertações é realizada em consulta aos catálogos das diversas instituições de ensino superior (FERREIRA, 2002). “Os catálogos permitem o rastreamento do já construído, orientam o leitor na pesquisa bibliográfica de produção de uma certa área” (FERREIRA, 2002, p. 261). Atualmente, as universidades mantêm repositórios digitais com as teses e dissertações defendidas nos programas de pós-graduação por elas abrigados, além disso, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) mantém um portal com uma Base de Dados das produções acadêmicas de todo o país, principal base de consulta para levantamento das produções acadêmicas brasileiras.

É importante destacar que Soares e Maciel (2000) ressaltam sobre a dificuldade em se obter financiamento para as pesquisas de estado do conhecimento, visto que elas não têm um “fim”, sempre estão sendo atualizadas, por isso demandam bastante recursos para manutenção. Todavia, Maciel (2014) salienta que mesmo com essas dificuldades, a pesquisa ABEC continua na busca de realizar levantamentos, análises e compartilhando as produções acadêmicas com pesquisadores que têm interesse na área de alfabetização de crianças.

Romanowsky e Ens (2006) elencam da dificuldade de financiamento na realização de pesquisas mais abrangentes, corroborando com a opinião das autoras acima, assim como acrescentam que a falta de equipes para auxiliar na busca de dados, dificulta e atrasa esse tipo de investigação.

O principal trabalho de quem se ocupa por uma pesquisa de estado do conhecimento é a leitura e análise dos resumos presentes nas pesquisas. Ferreira (2002) destaca que os resumos cumprem com o seu papel nos catálogos, que é o de transmitir ao leitor, de maneira breve e sucinta, o trabalho que se originou. A autora menciona que os resumos deveriam conter, basicamente: objetivo geral,

metodologia, quem foram os sujeitos da pesquisa, quais os resultados, conclusões a que o pesquisador chegou e, se houver, as recomendações finais. Porém, como ela aborda, existe uma diversidade de modos de escrita de um resumo, com características também diversas, justificadas pela necessidade de se adequar às diferentes plataformas de submissão.

O caminho de quem realiza essas pesquisas não é tão fácil, no percurso o/a pesquisador/a pode se deparar com resumos cortados, duplicidade de resumos que acaba por deixar em dúvida qual deles é o mais fidedigno ao trabalho original. Em suma, nem sempre se consegue realizar a pesquisa somente pelos resumos. A ausência de dados que permita compreender do que se trata exatamente o trabalho, muitas vezes acaba por prejudicar e ampliar o tempo das pesquisas (FERREIRA, 2002; ROMANOWSKY; ENS, 2006).

No caso de nossa pesquisa tivemos a necessidade de consultar e ler na íntegra os trabalhos, a fim de entender melhor o tema, metodologias e resultados para elaborar a análise dos dados.

Logo, como já aludimos, esta é uma pesquisa de estado do conhecimento com o objetivo de investigar as produções acadêmicas sobre a alfabetização de crianças no Brasil, mapeando e analisando as produções elaboradas na área de ciências da saúde. Portanto, se caracteriza como sendo de cunho quanti-qualitativo, abrangendo variáveis, mas também uma análise contextual do tema, assumindo uma perspectiva descritivo-interpretativista, na medida em que descrevemos os dados encontrados e os interpretamos.

Para realização do estudo, ele foi dividido em etapas. Na primeira etapa foi realizada a coleta de dados, que ocorreu no dia 20 de março de 2023, através da busca de teses e dissertações no Banco de Dados da CAPES¹. O termo “alfabetização” foi utilizado para busca neste repositório e foram encontrados 4.992 resultados, entre teses e dissertações, organizados em diferentes áreas do conhecimento, sejam elas: ciências agrárias, ciências biológicas, ciências da saúde, ciências exatas e da terra, ciências humanas, ciências sociais aplicadas, engenharias, linguística, letras e artes e multidisciplinar.

¹ Disponível em: <<https://catalogodeteses.CAPES.gov.br/catalogo-teses/#!/>> Acesso em: 20 mar 2023.

Neste momento foram definidos os critérios de inclusão e exclusão das pesquisas que seriam analisadas em nossa investigação. Como primeiro critério de inclusão, selecionamos apenas as pesquisas vinculadas à grande área do conhecimento ciências da saúde, área em que delimitamos nossa investigação, abrindo, a princípio, 150 pesquisas. Essa grande área de conhecimento tinha pesquisas cadastradas no âmbito das subáreas: educação física, enfermagem, farmácia, fisioterapia e terapia ocupacional, fonoaudiologia (compreendendo os programas de pós-graduação em distúrbio da comunicação), medicina, nutrição, odontologia e saúde coletiva.

Dentre essas, interessavam-nos as teses e dissertações que se relacionavam com crianças, ao processo de alfabetização e ensino de língua portuguesa, leitura e escrita, e aquelas que se vinculavam à escola e à prática docente. Excluam-se pesquisas cuja alfabetização era voltada a educação de jovens e adultos, a outras áreas que não em língua portuguesa, e as realizadas apenas em ambientes clínicos.

Dentro das 150 teses e dissertações inicialmente cadastradas na área de ciências da saúde, encontramos pesquisas que se relacionavam com alfabetização de adultos, alfabetismo em saúde bucal, conhecimento e letramento funcional em saúde, entre outros temas. Algumas das áreas e cursos encontrados foram fonoaudiologia, medicina, odontologia, nutrição, saúde coletiva, enfermagem, saúde da comunicação humana. Todas as referências bibliográficas destas pesquisas foram salvas para análise dos títulos e posterior inclusão ou não na pesquisa.

Na segunda etapa, tendo clareza sobre os critérios, foi feita a primeira leitura dos títulos, com objetivo de selecionar o que se relacionava com o tema de pesquisa, de modo que foram inventariadas 32 pesquisas.

Na terceira etapa organizamos os trabalhos em um quadro de análise, e inserimos os seguintes dados para facilitar a leitura:

Quadro 1. Quadro de análise

Referência completa da tese e/ou dissertação	Resumo e link de acesso ao trabalho completo	Entra para a pesquisa? Sim ou não. Se sim? Qual possível categoria temática? Se não? Por quê?
--	--	---

Fonte: elaborado pela autora (2023).

Após leitura dos títulos e resumos dentro do quadro 1, com a finalidade de selecionar o *corpus* da pesquisa, 19 trabalhos foram elencados, estando eles relacionados aos critérios de inclusão da investigação. Eles foram lidos na íntegra e organizados em tabelas e quadros para análise de acordo com os eixos: ano, nível, universidade, região, curso e por último categoria temática.

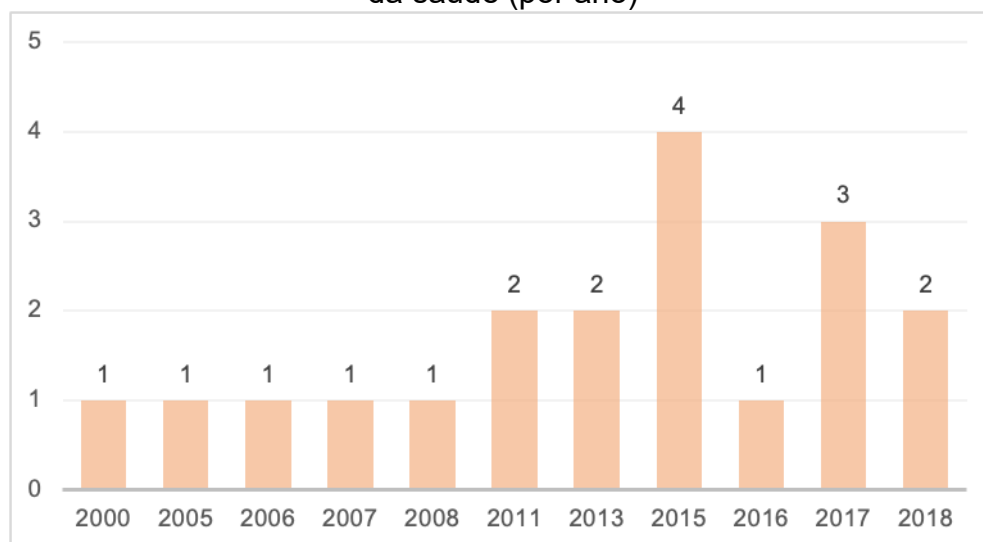
Os 13 trabalhos excluídos do escopo se relacionavam à validação de indicadores de risco para formação do/a leitor/a e do/a escrevente, avaliação de aspectos do aprendizado crianças nascidas prematuras, aquisição da fala, entre outros temas, ou seja, a aspectos não condizentes com os critérios que faziam parte do nosso interesse de pesquisa. A seguir, apresentamos a análise dos dados inventariados, observando o que a área de ciências da saúde vem tratando sobre o tema alfabetização de crianças, no âmbito dos programas de pós-graduação das universidades brasileiras.

3. ANÁLISE DE DADOS

Nesta seção do trabalho faremos análise dos dados encontrados segundo critérios de ano de publicação, nível, universidade, região em que as investigações foram cadastradas, curso e por último a categoria temática. Essas categorias foram elaboradas a partir de uma análise do conteúdo das pesquisas, aproximando-as em temas e/ou abordagens similares.

As teses e dissertações identificadas sobre alfabetização de crianças na área de ciências da saúde totalizam 19, sendo publicizadas no intervalo de 2000 a 2018.

Gráfico 1. Produção acadêmica sobre alfabetização de crianças na área de ciências da saúde (por ano)



Fonte: elaborado pela autora (2023).

Sobre os anos de publicação (Gráfico 1) dos trabalhos relacionados, a primeira pesquisa encontrada foi no ano de 2000, havendo uma lacuna até o ano de 2005, quando novamente 1 trabalho foi identificado. Nos 3 anos consecutivos, 1 trabalho foi escrito na área, a cada ano. Em 2011 e 2013, 2 trabalhos são defendidos por ano. Em 2015, tem-se um aumento na produção com 4 trabalhos. Em 2016, volta-se a uma baixa produção com apenas 1 pesquisa. Em 2017 e 2018, totalizam 5 produções. Observa-se que a produção é relativamente baixa se comparada a outros temas por anos.

Soares (1989), identificou que 70% da produção científica e acadêmica sobre alfabetização esteve compreendida entre os anos de 1980-1986. Vale ressaltar que

nesta pesquisa foram analisados artigos, teses de doutorado, de cátedra, de livre docência, e dissertações de mestrado. Os artigos científicos eram responsáveis por esse número significativo de publicações, representando cento e nove do valor total. Enquanto teses e dissertações chegavam a 75.

O primeiro trabalho encontrado por Soares (1989) data do ano de 1954, sendo um artigo sobre alfabetização publicado em periódico especializado no tema. Em relação às teses e dissertações, foram analisadas a partir de 1961, que é a data da primeira tese encontrada, e a última identificada data o ano de 1986. Duas teses e/ou dissertações foram publicadas pela área ciências da saúde, no curso de Distúrbios da comunicação, no ano de 1978² e a outra em 1982³.

Soares e Maciel (2000) analisam quantitativamente as publicações por décadas, e o relatório aponta que na década de 80 do século XX, a produção e publicação de trabalhos relativos à alfabetização tiveram aumento significativo, sendo este número maior que 80%, o que pode ser atribuído ao número maior de programas de pós-graduação. Totalizaram 177 produções de dissertações e teses encontradas. Desse total, foram contabilizadas 3 dissertações relacionadas à área da ciências da saúde, as duas citadas anteriormente, no primeiro relatório de Soares (1989), e uma do ano de 1989⁴, também ligada ao curso de Distúrbios da comunicação.

Vale ressaltar que durante nossa busca, quando utilizamos o filtro da grande área ciências da saúde na Base de Dados da CAPES, estas pesquisas catalogadas pelas autoras não estão cadastradas ou não foram identificadas na plataforma, entretanto, as autoras já mencionam a existência de pesquisas sobre alfabetização de crianças relacionadas à área das ciências da saúde desde os anos de 1978.

O trabalho de Sperrhake, Azambuja e Piccoli (2022) acerca da análise das produções acadêmicas sobre alfabetização e consciência fonológica em nível de pós-graduação no Rio Grande do Sul, mostra que o primeiro trabalho encontrado foi publicado no ano de 1993. Entre uma nova publicação e outra, houve um espaço de

² BEVILACQUA, Maria Cecília. **Audiologia Educacional: considerações sobre audição em crianças da 1ª série do 1º grau**. São Paulo, 1978. 59 p. Dissertação (Mestrado em Distúrbios da Comunicação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

³ BUENO, José Geraldo Silveira. **Alfabetização do deficiente auditivo: estudo sobre aplicação de abordagem analítica**. São Paulo, 1982. 167 p. Dissertação (Mestrado em Distúrbios da Comunicação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

⁴ SANTINI, Célia Regina Queiroz Salviano. **A trajetória do medo da escrita**. São Paulo, 1989. 144 p. Dissertação (Mestrado em Distúrbios da Comunicação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

2 anos, até o ano de 1999. A partir dali, um aumento nas produções foi observado, porém com uma variação constante no número de trabalhos no decorrer dos anos até 2020, período estipulado como intervalo final para pesquisa. O ano de 2015 foi o que teve um maior número de dissertações e teses defendidas.

Fazendo um recorte das publicações por décadas, o artigo de Maciel (2014) investigou as produções sobre alfabetização nos programas de pós-graduação no Brasil em cinco décadas. Percebe-se que de 1961 a 1969 apenas 6 trabalhos foram catalogados. Já entre 2000 e 2012, 663 teses e dissertações foram publicadas, demonstrando aumento significativo da preocupação com o tema alfabetização por parte dos pesquisadores.

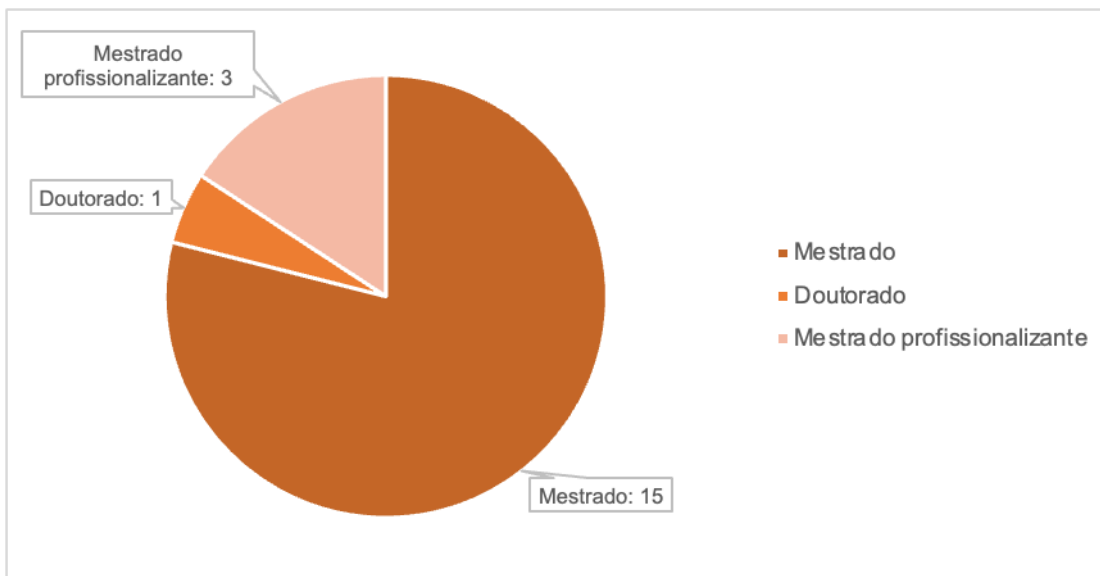
Guimarães (2011), em sua dissertação “Estado do conhecimento sobre alfabetização no Brasil (1944-2009)”, realiza busca de trabalhos nos anos seguintes aos trabalhos de Soares e Maciel (2000), e seus resultados evidenciaram que nos últimos 20 anos, nas áreas da Educação, Psicologia e Letras houve uma crescente nas produções acadêmicas. No ano de 1990, o primeiro analisado pela autora, 26 trabalhos foram divulgados, entre teses e dissertações. No último ano escolhido para busca, foram 74, sendo que em 2008 foi o ano de maior publicação de pesquisas, totalizando 98.

Mortatti, Oliveira e Pasquim (2014), analisaram a produção acadêmica sobre alfabetização por décadas. Verifica-se que na década de 60 do século XX, 3 trabalhos foram encontrados. Nas décadas seguintes foram 34 (década 70), 186 (década 80), 341 (década 90), e 710 (entre 2000 a 2009). Os anos de 2010 a 2011 já contabilizavam 166 trabalhos, revelando que a produção de teses e dissertações sobre alfabetização tende a crescer ainda mais.

Embora saibamos que as pesquisas anteriores tiveram filtros diferentes dos nossos, essa aproximação entre os nossos dados e o dos autores citados demonstra que a alfabetização é um campo interdisciplinar, conforme advertiu Soares (1985), e que a ciências da saúde, dentro dos seus limites teórico-metodológicos, vem contribuindo para compreensão desse fenômeno.

A seguir, as produções acadêmicas foram organizadas de acordo com o nível da pós-graduação, sendo distribuídas entre doutorado e mestrado, seja ele profissionalizante ou acadêmico.

Gráfico 2. Produção acadêmica sobre alfabetização de crianças na área de ciências da saúde (por nível)



Fonte: elaborado pela autora (2023)

As produções encontradas por nível (Gráfico 2) revelam que das 19 pesquisas do *corpus*, 15 foram em nível de mestrado acadêmico, 3 foram em nível de mestrado profissionalizante, e somente 1 tese em nível de doutorado.

Sperrhake, Azambuja e Piccoli, (2022), encontram uma discrepância nas publicações em relação ao nível de pós-graduação, sendo que dos 70 resumos analisados, 50 foram em nível de mestrado acadêmico, 18 de doutorado e somente 2 de mestrado profissional.

Essa quantidade de pesquisas em nível de mestrado acadêmico superior em relação ao número de teses de doutorados encontrada em nossos trabalhos, vai ao encontro dos achados da pesquisa “Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento”.

Em seu relatório, Soares (1989), avaliando os dados compreendidos entre os anos de 1961-1986, destaca que as teses de doutorado eram poucas, apenas 6, justificando o fato de os cursos de doutorado na área da educação, naquele momento, serem recém-criados. No levantamento feito por Soares e Maciel (2000), nos anos de 1961 a 1989, 182 dissertações de mestrado foram publicadas, enquanto teses de doutorado não passavam de 30.

Os dados da pesquisa de Maciel (2014) apontam a diferença quantitativa entre teses e dissertações. Para 1.318 dissertações, publicadas de 1961 a 2012

têm-se apenas 278 teses, o equivalente a uma proporção de 4,7 dissertações para uma tese defendida, afirma a autora. Os dados revelam ainda um aumento de dissertações em nível de mestrado profissional.

Considerando cinco décadas de produção acadêmica, 1.440 trabalhos foram defendidos, sendo que destes 1.228 eram dissertações de mestrado e 212 teses de doutorado, pela análise de Mortatti, Oliveira e Pasquim (2014). Tal diferença se justifica pela duração dos cursos de mestrado em relação ao doutorado e pela própria existência de mais cursos de mestrado no país, segundo os autores do artigo.

Já o trabalho de Guimarães (2011) analisa teses e dissertações concluídas entre os anos de 1990 a 2009, e encontrou 746 dissertações de mestrado e 114 teses de doutorados relativas à alfabetização de crianças.

Ou seja, todos esses estudos em contraposição aos dados do nosso trabalho corroboram para a desproporcionalidade entre dissertações e teses defendidas nos programas de pós-graduação, o que é comum em todas as áreas de conhecimento.

A seguir, apresentamos os dados relativos às universidades em que as dissertações e teses sobre alfabetização de crianças na área de ciências da saúde estão vinculadas.

Tabela 1. Produção acadêmica sobre alfabetização de crianças na área de ciências da saúde (por universidades)

Universidade	Quantidade
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)	3
Universidade de São Paulo (USP)	2
Universidade do Estado de Santa Catarina (UESC)	1
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)	2
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)	2
Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	2
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)	2
Universidade Tuiuti do Paraná (UTP)	2
Universidade Veiga de Almeida (UVA)	3
Total	19

Fonte: elaborada pela autora (2023).

A tabela anterior demonstra as universidades em que as teses e dissertações estão vinculadas (Tabela 1), temos a PUC-SP e a UVA-RJ com três publicações cada, a USP, UNESP, UFPE, UFSM, UFSP e UTP com duas pesquisas cada, e, por

fim, a UESC apresentou um trabalho relativo à alfabetização de crianças na área de ciências da saúde.

Comparando as instituições encontradas em nossa busca, com as do relatório de Soares (1989), temos em comum produções na PUC-SP, USP, UFSM e UFPE, considerando que Soares pesquisou alfabetização no geral, sem utilizar filtro de seleção.

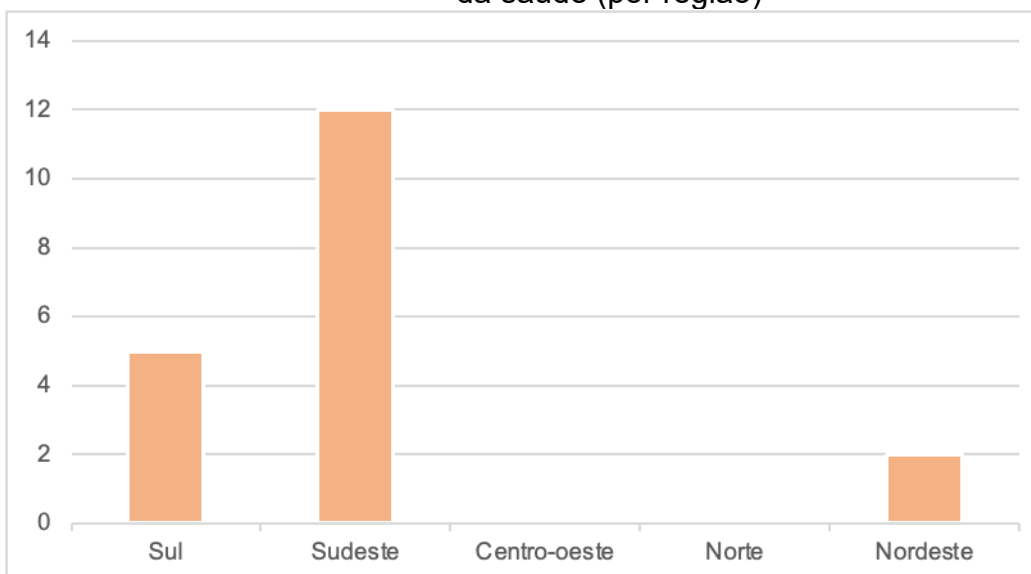
O trabalho de Sperrhake, Azambuja e Piccoli, (2022), apesar de restrito ao Rio Grande do Sul, mostra um alto número de pesquisas nas instituições distribuídas pela região. A UFSM apresenta 19 produções, se comparado ao levantamento das pesquisas na área de ciências da saúde, nosso número é relativamente baixo, uma vez que não delimitamos intervalo de tempo nas publicações, assim como o referido estudo.

O segundo relatório de Soares e Maciel (2000), esmiúça mais as produções acadêmicas por universidades. Instituições como a PUC-SP, PUC-RJ, USP-SP, UNICAMP, continuam sendo as com maior número de pesquisas, apesar de neste relatório aparecerem novas instituições que não haviam no primeiro, como UFCE, UFBA, UnB, entre outras.

Os cursos da PUC-SP (62), UNESP (60) e USP (60), são os mais numerosos em publicações, seguidos da UFPE (42), UFMG (40) e UNICAMP (36), de acordo com a análise de Guimarães (2011).

A partir das instituições foi possível mapear as regiões a que elas estavam veiculadas. O gráfico a seguir sintetiza os resultados encontrados.

Gráfico 3. Produção acadêmica sobre alfabetização de crianças na área de ciências da saúde (por região)



Fonte: elaborado pela autora (2023).

Se observarmos a publicação dos estudos por região, encontramos que a concentração maior de trabalhos foram de instituições localizadas na região Sudeste, totalizando 12 pesquisas, seguida da região Sul, com 5 pesquisas e Nordeste com 2. Nas regiões Centro-Oeste e Norte não foram encontradas teses ou dissertações. Dados estes que corroboram com a análise Soares (1989), onde a região Sudeste concentrou a maior parte das pesquisas publicadas, totalizando 49 de 75 dissertações e teses no período de 1961 a 1986. Centro-Oeste e Norte não foram mencionadas pela autora, corroborando com nossos resultados.

O segundo relatório de Soares e Maciel (2000), registra pesquisas na região Centro-Oeste e aumento da região Nordeste nas publicações. A região Sudeste continua predominando nas publicações de teses e doutorados, em especial o estado de São Paulo.

No artigo de Mortatti, Oliveira e Pasquim (2014), verifica-se que a região Sudeste predomina tanto em dissertações (693), quanto em teses (150) sobre alfabetização publicadas no decorrer de 50 anos de produções acadêmicas. A região Norte não registrou nenhum estudo de tese de doutorado, ao contrário de mestrados, que apresentaram algumas publicações (18) a partir da década de 90 do século XX, evidenciando o surgimento de programas de pós-graduação na região.

Em consonância com todos os estudos citados anteriormente em relação a região de maior publicação, Guimarães (2011) encontra a região Sudeste com 54%

das publicações no período de 1990 a 2009. A região Norte pontua 2% dos trabalhos. A autora salienta que São Paulo é quem detém uma vasta quantidade de pesquisas no tema alfabetização.

Abrigados nessas instituições e em suas respectivas regiões, na grande área da ciências da saúde, os 19 trabalhos inventariados estão ligados a diferentes cursos, conforme descrevemos na tabela abaixo.

Tabela 2. Produção acadêmica sobre alfabetização de crianças na área de ciências da saúde (por curso)

Curso de Pós-Graduação	Quantidade
Ciências do Movimento e Reabilitação	1
Ciências do Movimento Humano	1
Comunicação Humana e Saúde	3
Distúrbios da Comunicação	2
Distúrbios da Comunicação Humana	2
Fonoaudiologia	7
Psicobiologia	1
Saúde da Comunicação Humana	1
Saúde da Criança e do Adolescente	1
Total	19

Fonte: elaborada pela autora (2023).

Encontramos nove cursos de Pós-Graduação (Tabela 2) que publicaram teses ou dissertações sobre a alfabetização de crianças na área de ciências da saúde. Fonoaudiologia foi o que predominou com 7 trabalhos publicados, em seguida temos curso na área de Comunicação humana e saúde (3), Distúrbios da comunicação (2), Distúrbios da comunicação humana (2), Saúde da comunicação humana (1), que de alguma forma se veiculam aos saberes do campo da fonoaudiologia. Portanto, nessa área de conhecimento tivemos uma abrangência de 15 trabalhos. Na sequência, comparecem os cursos de Ciências do movimento e reabilitação (1), Ciências do movimento humano (1), Psicobiologia (1) e Saúde da criança e do adolescente (1).

O estudo de Mortatti, Oliveira e Pasquim (2014) citou diretamente estudos na área de “ciências da saúde”. Dissertações de mestrado sobre alfabetização foram encontradas em 4 cursos da área, sendo Fonoaudiologia (2), Distúrbios da comunicação (5), Saúde materno-infantil (1), Neuropsiquiatria e Ciências do comportamento (1). Teses de doutorado estiveram presentes em 3 cursos: Fonoaudiologia (1), Distúrbios da comunicação (3), Ciências da saúde (1).

Os autores elencam que além das áreas da Educação e Psicologia que já discutiam sobre alfabetização, áreas como a Fonoaudiologia e Linguística também comparecem preocupadas em estudar o assunto alfabetização, mas ressalta-se que a Educação é predominante tanto no número de teses, quanto de dissertações, totalizando 1111 trabalhos.

Essa diversificação de áreas de conhecimento em que foram defendidas teses sobre alfabetização indica o processo de interdisciplinarização que vem caracterizando o processo de constituição da alfabetização como objeto de estudo e, especialmente, como objeto de pesquisa acadêmica, nas últimas décadas, no Brasil (MORTATTI; OLIVEIRA; PASQUIM, 2014, p. 20).

Como mencionamos, no primeiro relatório de Soares (1989) foram analisadas teses e dissertações nas áreas de Educação, Psicologia e Letras. Distúrbios da comunicação foi uma área onde a autora encontrou e analisou duas publicações. Os dados revelam que à época cursos de pós-graduação da Educação concentravam a maior parte das publicações sobre alfabetização (51), seguida de Psicologia (15), Letras (7) e Distúrbios da comunicação (2). Os programas na área de Psicologia eram os que mais apresentaram teses publicadas.

Da mesma maneira, conforme supracitado, o segundo relatório elaborado por Soares e Maciel (2000) não mostra diferenças em relação às áreas de publicação, mas aumento da quantidade de pesquisas publicadas nestas áreas. Neste relatório é mencionado mais 1 trabalho na área “Distúrbios da comunicação”.

Maciel (2014), realiza análise das teses e dissertações sobre alfabetização no período compreendido entre 1961-2012, e seus resultados coletaram trabalhos em 11 áreas de pesquisa, sendo que dessas áreas 3 se inserem no campo da ciências da saúde. São elas Distúrbios da comunicação, Fonoaudiologia e Medicina e ciências da saúde, abarcando um total de 18 pesquisas. Educação, Psicologia e Letras são respectivamente as áreas com maiores números de publicações, de acordo com a análise da autora.

Os cursos de pós-graduação na área da Educação compreendem 78% das teses e dissertações, seguido dos cursos de Letras (14%) e Psicologia (8%), conforme análise nos anos de 1990 a 2009 (GUIMARÃES, 2011). Neste trabalho de Guimarães não foram mencionadas pesquisas sobre alfabetização publicadas no campo da ciências da saúde.

Ao cotejarmos as publicações por curso, percebe-se que as publicações relacionadas à área de ciências da saúde não têm um número significativo entre as pesquisas, se comparados a outros cursos, indicando a necessidade de que esta grande área divulgue amplamente suas descobertas sobre o tema da alfabetização de crianças.

Após esse mapeamento inicial, fizemos a leitura nos trabalhos reunindo-os em categorias temáticas, afinal como alude Soares e Maciel.

Assim, a metodologia utilizada para a pesquisa sobre o “estado do conhecimento” a respeito da alfabetização, no Brasil, caracteriza-se como um levantamento e uma avaliação da produção acadêmica e científica sobre o tema, à luz, primordialmente, de categorias que identifiquem, em cada texto e no conjunto deles, as facetas sob as quais o fenômeno vem sendo analisado (SOARES, 1989, p. 6; SOARES; MACIEL, 2000, p.9).

Sendo assim, estes dezenove trabalhos foram organizados em sete categorias temáticas, que se apresentam no próximo item.

3.1 Análise por categorias temáticas

Após seleção das pesquisas pertinentes, que foram retiradas do Banco de Dados da CAPES, foi realizada leitura completa dos trabalhos e, posteriormente, de acordo com os temas encontrados, distribuímos esses trabalhos em categorias temáticas (Tabela 3), nomeadas a partir da frequência destes temas nos textos. Sete categorias foram associadas aos dezenove trabalhos.

Tabela 3. Produção acadêmica sobre alfabetização de crianças na área de ciências da saúde (por categoria temática)

Categoria temática	Quantidade
Aprendizagem da leitura e da escrita	4
Consciência fonológica e memória	2
Desenvolvimento infantil	2
Dificuldade e transtorno de aprendizagem	4
Letramento	1
Linguagem escrita	3
Linguagem oral	3
Total	19

Fonte: elaborada pela autora (2023).

A seguir, realizamos uma análise dos trabalhos, que foram agrupados nas suas respectivas categorias. Procuramos elucidar o tema, o objetivo geral da pesquisa, os resultados encontrados e qual a sua contribuição para a área da alfabetização de crianças. Durante a busca pelos trabalhos completos, para procedermos a análise, não foi possível encontrar três deles na íntegra, dessa maneira a análise foi feita pelo resumo.

Nos trabalhos categorizados dentro da temática **“Aprendizagem da leitura e da escrita”**, no primeiro deles, Corrêa (2015), sob o título **“Competências para a leitura e escrita em escolares iniciantes no processo de alfabetização”**, trata-se de uma Dissertação de Mestrado em Fonoaudiologia, na Faculdade de Odontologia de Bauru, da Universidade de São Paulo (USP).

Seu tema abordou o estudo de competências para a aprendizagem da leitura e da escrita em crianças que estão iniciando o processo de alfabetização. Nesse sentido, o objetivo do trabalho foi “caracterizar determinadas competências para a leitura e a escrita em crianças iniciantes no processo de alfabetização e relacionar essas competências com o nível da escrita” (CORRÊA, 2015, p. 15).

A proposta tratava-se de uma pesquisa de campo, com 70 crianças de ambos os gêneros, que cursaram o 1º semestre do 1º ano do Ensino Fundamental I. Como critério de inclusão todas deveriam ter cursado a Educação Infantil. Para a coleta de dados foi utilizada a Bateria de Avaliação de Competências Iniciais para a Leitura e a Escrita (BACLE), um teste que permite avaliar pré-competências que as crianças devem ter para o início da leitura e da escrita. O nível de escrita em que as crianças se encontravam também foi avaliado (CORRÊA, 2015).

Dentre os resultados de Corrêa (2015), no que se refere às competências para apropriação da leitura e da escrita ressaltadas pela autora, as áreas de Linguagem e Esquema corporal/Orientação espaço-temporal foram as mais enfatizadas, permitindo relacioná-las diretamente com a hipótese de escrita das crianças. Ou seja, as “crianças com melhores pontuações nestas áreas são aquelas com melhores níveis de escrita” (CORRÊA, 2015, p. 85).

A área de linguagem abrange a compreensão oral, consciência fonológica e expressão oral, em cada uma estão exercícios para verificar o desenvolvimento dessas capacidades, uma vez que elas, segundo a autora, são fundamentais para a aprendizagem. Já o esquema corporal, consiste na capacidade de a criança identificar e nomear partes do corpo em si e no outro. A orientação espaço-temporal

refere-se à capacidade de a criança identificar a relação entre o corpo e objeto no espaço geográfico, conforme explica Corrêa (2015).

A autora esperava, por meio de seu trabalho científico, contribuir com os/as professores/as na elaboração de atividades que propiciassem o desenvolvimento dessas competências para a criança se alfabetizar.

O segundo trabalho dentro da categoria “Aprendizagem da leitura e da escrita” é o de Lupassa (2015), cujo título é “**Aprendizagem da leitura e escrita: o estado da arte no período de 2010 a 2014**”, trata-se de uma Dissertação de Mestrado em Comunicação Humana e Saúde, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Seu tema abordou a pesquisa sobre o que tem sido publicado sobre aprendizagem da leitura e da escrita, sendo que o objetivo foi “realizar levantamento bibliográfico de teses e dissertações, no período entre 2010 a 2014 sobre aprendizagem da leitura e da escrita” (LUPASSA, 2015, p.17).

Os resultados da pesquisa mostraram que foram encontradas 284 teses e dissertações, e destas 98 compuseram o *corpus* da pesquisa. Para seleção deveriam seguir alguns critérios, tais como: estar relacionada com ensino e crianças, compreender a alfabetização na etapa inicial, ser de língua portuguesa. Após esse procedimento, Lupassa (2015) realizou análise estatística das mesmas, onde as categorizou seguindo critérios de ano de publicação, local, universidade, etc. Posteriormente, como foram numerosas as dissertações encontradas, ele optou por realizar análise qualitativa, abordando a análise de conteúdo somente das teses, o que “revela que houve um crescimento expressivo de pesquisas com esta temática no período estudado, o que demonstra grande interesse e preocupação com as práticas de ensino de leitura e da escrita nas séries iniciais” (LUPASSA, 2015, p. 7).

Boa parte do trabalho de Lupassa (2015) é dedicada a discutir sobre as políticas públicas educacionais e legislações sobre o ensino da leitura e escrita em nosso país, sobre a história da aprendizagem da leitura e da escrita e também como os/as professores/as deveriam agir na busca de práticas e metodologias, readaptando conteúdos para a alfabetização e solução de problemas na aprendizagem escolar.

Para o autor é preciso que os/as professores/as estejam mais atentos às suas metodologias de ensino, de forma que superem e atendam as demandas dos/as alunos/as em fase inicial de alfabetização, assim como deve haver por parte do

governo, maiores investimentos em políticas públicas educacionais e na formação dos/as professores/as.

Ainda na categoria “Aprendizagem da leitura e da escrita”, a proposta a seguir foi escrita por Balbino (2016), sob o título **“O programa ler e escrever e o ensino de aprendizagem da leitura e da escrita: estudo de caso”**, que diz respeito a Dissertação de Mestrado em Comunicação Humana e Saúde, na PUC-SP.

O tema tratou de questões referentes ao aprendizado da leitura e da escrita por estudantes do município de Bauru/SP, e também sobre a aplicação do Programa Ler e Escrever (PLE) adotado pelo município. O objetivo do estudo de caso foi “acompanhar e analisar a aplicação do PLE no que se refere ao ensino e aprendizagem da leitura e da escrita”, assim como “analisar as propostas constantes no Guia do Professor, acompanhar como o professor utiliza o material didático do Programa, analisar as atividades dos alunos dentro deste e compatibilizar os achados para atingir o objetivo principal” (BALBINO, 2016, p. 14).

Na definição sobre o que é o PLE, Balbino (2016) explica que é uma política pública implantada pelo governo de São Paulo para melhorar a qualidade da educação, atuando na formação dos/as professores/as e na distribuição de materiais didáticos aos/às alunos/as.

O público-alvo da pesquisa foram 21 alunos/as do 2º ano de uma escola estadual do município de São Paulo e a professora de Língua Portuguesa da turma. Balbino (2016) acompanhou as aulas em que as atividades do programa foram utilizadas, e posteriormente, analisou a aplicação do mesmo. Nos resultados foi possível observar que a professora aplicou algumas atividades à sua maneira, não seguindo o Guia do Professor que acompanha o programa, não propondo uma reflexão por parte dos/as alunos/as sobre os erros, sugerindo que, por isso, eles não avançaram na hipótese da escrita, comprometendo a alfabetização.

Balbino (2016), conclui sua pesquisa com sugestões de como o programa realmente deveria ser aplicado para colaborar no processo de ensino e aprendizagem da leitura e da escrita dos/as alunos/as, havendo comprometimento dos/as professores/as em seguir as atividades propostas pelo Guia e o acompanhamento de todo o processo de alfabetização, não somente em um determinado ano de escolaridade.

“Leitura e escrita de palavras isoladas e pseudopalavras de escolares do 3º ano” é uma Dissertação de Mestrado, apresentada ao Curso de Pós-Graduação

em Distúrbios da Comunicação Humana, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), pela autora Prates (2017), último trabalho da primeira categoria temática.

Seu tema preocupou-se em abordar a aprendizagem da leitura e da escrita, e como acontece a leitura de palavras isoladas e pseudopalavras, assim como quais as estratégias utilizadas pelos/as alunos/as para tal. Teve como objetivo “descrever e analisar o desempenho de leitura e escrita de palavras isoladas e pseudopalavras de escolares do 3º ano da rede pública municipal de Guaíba/RS que concluíram o ciclo de alfabetização do PNAIC⁵” (PRATES, 2017, p. 14).

É uma pesquisa transversal, prospectiva e descritiva, conforme a autora explicita, cuja amostra foi composta por 146 estudantes de 15 escolas do município de Guaíba/RS. Foram selecionados os/as alunos/as do 3º ano por ser a etapa final da alfabetização, ou seja, quando o/a aluno/a já deveria ler e escrever com fluência, de acordo com o preconizado na legislação educacional (PRATES, 2017).

Foram realizados testes de leitura e de escrita, de modo que constatou-se que houve uma variação no desempenho dos/as alunos/as de uma mesma escola e entre elas. Prates (2017) descreve que o teste de leitura de palavras e pseudopalavras teve resultado superior em relação à escrita, evidenciando que ambas as rotas – fonológica e lexical – são utilizadas na decodificação. Já a escrita apresentou resultado abaixo do esperado para alunos/as em etapa final de alfabetização, com predomínio da rota fonológica, que é mais comumente usada no início do processo de alfabetização, indicando que eles não concretizaram o domínio do sistema de escrita alfabética. “Considerando que os escolares estão concluindo o ciclo de alfabetização, é esperado que façam o uso de ambas as rotas, a fonológica e a lexical” (PRATES, 2017, p. 71).

Segundo a autora, tomando como referência o pensamento de Magda Soares (2016), define-se rota fonológica e rota lexical como:

Os escolares, no início da aprendizagem da língua escrita, quando ainda estão desenvolvendo a compreensão das correspondências entre fonemas e grafemas, fazem uso da rota fonológica. Com o avanço da escolarização e a conseqüente ampliação do seu léxico ortográfico, os mesmos passam a fazer uso de ambas as rotas, a fonológica e a lexical (PRATES, 2017, p. 13).

Chama-nos atenção que a autora ressalta, em sua conclusão, a importância de o Fonoaudiólogo estar presente no ambiente escolar, atuando em busca de

⁵ PNAIC – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

melhorias e orientações aos profissionais da educação, para o planejamento e acompanhamento de ações que favoreçam o processo de alfabetização.

Prates (2017) sugere ainda que deve haver um trabalho mais sistemático por parte dos/as professores/as alfabetizadores/as, de modo a evitar essa variação no desempenho dos/as estudantes na leitura e na escrita de palavras e pseudopalavras.

Na categoria **“Dificuldade e transtorno de aprendizagem”** temos quatro trabalhos. O primeiro é a Dissertação de Mestrado em Ciências do Movimento Humano, na Universidade do Estado de Santa Catarina, sob o título de **“Saúde escolar: aspectos biopsicossociais de crianças com dificuldades de aprendizagem”**, autoria de Ferreira (2007). O tema está relacionado com o estudo de características biopsicossociais em crianças com dificuldades de aprendizagem, logo seu objetivo é “avaliar aspectos biopsicossociais de crianças com dificuldades de aprendizagem na rede municipal de São José/SC” (FERREIRA, 2007, p. 20).

As características biopsicossociais a que o autor se refere dizem respeito a aspectos psicossociais – informações pré, peri, pós-natais e nível socioeconômico –, rendimento escolar, aptidão física e motora. Participaram da coleta de dados 52 alunos/as entre 7 e 10 anos, escolhidos em três escolas da rede municipal de São José/SC, que repetiram a 1ª série do ensino fundamental, no ano de 2006. Ferreira (2007), dividiu as crianças em grupo 1 (repetentes), aquelas que repetiram somente uma vez o 1º ano, e grupo 2 (reincidentes), aquelas repetentes pela 2ª vez ou mais.

Após esse processo de divisão, aplicou-se um questionário às mães para verificar os aspectos psicossociais, e com as crianças foram aplicados o TALE (Teste de Análise da Leitura e da Escrita), a fim de verificar o rendimento escolar; testes de aptidão física; testes da escala de desenvolvimento motor (FERREIRA, 2007).

Na primeira parte de sua conclusão Ferreira (2007) aponta resultados que abrangem os dois grupos, posteriormente ela faz uma comparação entre G1 e G2. Sendo assim, os resultados apontam que em relação ao desempenho escolar, 92% de ambos os grupos apresentaram dificuldades na leitura e escrita, não demonstrando avanço na aprendizagem. Os aspectos psicossociais relatados pelas mães vão ao encontro a outros estudos da literatura sobre o assunto, e em relação à aptidão física e saúde apresentaram bom desempenho, enquanto os relativos às habilidades de membros inferiores ficaram abaixo do esperado. O desenvolvimento

motor geral foi considerado atrasado em ambos os grupos, com média de idade cronológica de 12 meses negativos. Quando comparados esses aspectos motores entre os dois grupos houve diferenças, sendo que o G1 apresentou melhores resultados na motricidade global, no esquema corporal e na organização temporal. O G2 apresentou melhores resultados na motricidade fina, apesar do atraso na idade cronológica, e ainda maiores índices de lateralidade cruzada, evidenciando suas dificuldades em localização espacial, coordenação motora fina e até alterações na leitura e escrita.

Ao final do trabalho, Ferreira (2007) deixa em aberto que ainda existem outros aspectos que podem dar continuidade ao seu trabalho: a importância de uma formação acadêmica consistente do docente, que permita usar diferentes metodologias frente às dificuldades de aprendizagem e o contexto familiar.

Ainda na categoria “Dificuldade e transtorno de aprendizagem” temos a Dissertação de Mestrado em Comunicação Humana e Saúde, pela PUC-SP, da autora Lucca, no ano de 2013, sob o título de **“Revisão sistemática: estratégias de intervenção fonoaudiológica em alfabetizados com dificuldades de aprendizagem”**. O tema de estudo da autora abrange o processo de alfabetização e as dificuldades de aprendizagem. Como objetivo principal buscou-se:

avaliar a intervenção terapêutica fonoaudiológica permissiva quando comparada aos modelos prescritivos, facultativos e interditivos do uso da leitura e da escrita em alfabetizados com dificuldades de aprendizagem, por meio de revisão sistemática (LUCCA, 2013, p. 29).

Permissiva, prescritivos, facultativos e interditivos são tipos de intervenções terapêuticas fonoaudiológicas realizadas na prática clínica. A intervenção permissiva vê o sujeito como falante, permite que ele use a fala, leitura e escrita mesmo contendo erros, para que ocorra o tratamento. O modelo prescritivo é semelhante ao modelo médico, onde o fonoaudiólogo atua sobre a alteração encontrada através da prescrição de exercícios. Na interdição, a fala é suprimida, até que se “corrija” o que está alterado. Já o modelo facultativo se relaciona com o cumprimento ou não dos exercícios fonoaudiológicos, caso o paciente não realize de forma satisfatória as atividades, o profissional realiza uma conversa com ele e a família, repreendendo o ato. Se ao contrário, a realização é satisfatória, o paciente recebe elogios e incentivos para manutenção dos bons hábitos (LUCCA, 2013).

Para realização da pesquisa, Lucca (2013) buscou em diversos Bancos de Dados, referências bibliográficas que atendessem aos termos de busca. No primeiro momento foram encontrados 637 estudos, que após passarem pelos critérios de exclusão, finalizaram em 12 estudos. Porém, nenhum deles cumpriu à risca todos os critérios de inclusão, mas as formas de intervenção desejadas estavam presentes. Os participantes dos estudos eram crianças na faixa etária de 8 anos, que apresentaram dificuldades de aprendizagem no período da alfabetização, sem diagnósticos de qualquer outra alteração cognitiva.

As práticas fonoaudiológicas adotadas não seguiam o modelo de organização dos sintomas da linguagem, contudo foi possível verificar que, por meio delas, houve melhora na aprendizagem em leitura e escrita. A autora enfatiza a necessidade de outros estudos para comprovar sua eficácia e validar os resultados encontrados (LUCCA, 2013).

Ainda na categoria “Dificuldade e transtorno de aprendizagem”, temos a Dissertação de Mestrado em Fonoaudiologia, na área de Processos e Distúrbios da Comunicação, intitulada **“A remediação fonológica como facilitadora na apropriação da leitura e da escrita por crianças de salas de recursos multifuncionais”**, escrita por Lima (2017), pela Faculdade de Odontologia de Bauru, na Universidade de São Paulo. O tema pautou-se nas dificuldades de alfabetização e a relação com a remediação fonológica. O objetivo do autor foi

verificar os efeitos de um programa de remediação fonológica, associado a atividades de leitura e de escrita, dentro do processo de alfabetização e letramento em escolares com dificuldades de aprendizagem (LIMA, 2017, p. 71).

Lima (2017) inicia seu trabalho pontuando sobre as dificuldades de aprendizagem e os níveis de desempenho dos escolares nos últimos anos em avaliações nacionais e internacionais, o que tem levado diversos pesquisadores a estudar as causas deste fato, dando ênfase a programas de remediação, uma vez que trazem melhoras significativas nas dificuldades relatadas.

Ao todo, 10 crianças fizeram parte do estudo de Lima (2017), onde 6 compuseram o grupo experimental (GE) e 4 o grupo comparativo (GC), sendo que o GE participou do programa de remediação e o GC não. Porém, por determinação do Comitê de Ética, após o término do estudo elas passaram pela remediação. Todos

possuíam dificuldades de aprendizagem e frequentavam a sala de recursos multifuncionais de uma escola municipal de ensino fundamental (1º ao 5º ano).

Na primeira etapa do programa, uma fonoaudióloga realizou a pré-testagem, avaliando habilidades de consciência fonológica, acesso ao léxico, memória de trabalho fonológica e de leitura e escrita. Na segunda etapa foi realizada a remediação utilizando o PREFON (Programa de Remediação Fonológica), um *software* contendo atividades específicas para trabalhar habilidades necessárias ao desenvolvimento da leitura e escrita e na terceira etapa realizou-se a pós-testagem, conforme descrito por Lima (2017).

Ao final da aplicação do programa de remediação fonológica foi possível verificar avanços nas habilidades de leitura e escrita do GE, principalmente na escrita, o que foi percebido também pelos/as professores/as regentes destes/as alunos/as. O GC não participante do programa continuou no mesmo nível de desenvolvimento da leitura e da escrita. Concluiu-se ao final do estudo que o programa de remediação fonológica atua de maneira positiva no processo de alfabetização de alunos/as com dificuldades de aprendizagem. Mas o autor ressalta que este não é um estudo conclusivo, por ter apresentado algumas limitações, como o tempo não ter sido suficiente para aplicação do programa, intervalos longos entre as sessões e também devido às próprias rotinas da escola e da sala de recursos, que não poderiam ser modificadas. Lima (2017) finaliza dizendo que, se utilizado o programa precocemente com as crianças, logo que apresentam as dificuldades de aprendizagem, os resultados serão ainda melhores.

O próximo trabalho da categoria “Dificuldade e transtorno de aprendizagem” e o único trabalho em nível de doutorado, é a Tese de Doutorado em Saúde da Criança e do Adolescente, na Universidade Federal de Pernambuco, cujo título e autora são respectivamente **“Modelo de resposta à intervenção para a identificação precoce dos transtornos de aprendizagem em escolares no ciclo de alfabetização”**, Rosal (2018).

A pesquisadora buscou trazer contribuições sobre a temática dos transtornos de aprendizagem e identificação dos mesmos através de testes e intervenções, destacando o objetivo de sua pesquisa que foi “analisar a efetividade do modelo de Resposta à Intervenção (RTI) para a identificação precoce dos transtornos de aprendizagem em escolares no ciclo de alfabetização” (ROSAL, 2018, p. 21).

O modelo de Resposta à Intervenção (do inglês *Response to Intervention*) tem a finalidade de identificar precocemente crianças em risco para desenvolver transtornos de aprendizagem, acompanhando o rendimento escolar destas crianças, bem como auxiliando os/as professores/as no processo de alfabetização. As crianças identificadas como de risco recebem intervenção intensiva nos estudos (ROSAL, 2018).

No início da pesquisa havia 116 crianças, de duas escolas públicas de Recife, matriculadas nos 1º, 2º e 3º anos do ensino fundamental, mas ao final 61 estudantes compuseram a investigação, devido às perdas na amostra da autora. As escolas foram divididas em escola controle e experimental, assim como os/as alunos/as de cada uma delas. Duas professoras da escola experimental que lecionavam na turma de 2º ano também participaram. As intervenções foram realizadas somente na escola experimental.

A pesquisa foi dividida em três fases, nas duas primeiras caracterizou-se o desempenho cognitivo-linguístico das crianças e posteriormente elas receberam intervenção coletiva com as professoras. Na fase III foi realizada uma segunda intervenção com as crianças identificadas como de risco para transtornos de aprendizagem. Os resultados mostraram que houve diferenças significativas nas habilidades avaliadas entre as séries, quanto menor a escolaridade, mais baixo foi o desempenho (ROSAL, 2018).

Ao final de sua pesquisa, Rosal (2018) concluiu que o modelo de RTI, quando utilizado sozinho, não serviu para identificar os/as alunos/as com risco para transtornos, sendo necessário a indicação das professoras de quais eram esses/as alunos/as. Já na segunda fase, quando da avaliação individual foi possível verificar melhora no desempenho e identificar aqueles que possuíam dificuldades.

Rosal (2018), salienta que foram muitos os percalços para realização do trabalho: a falta de condições adequadas, a não adesão por parte de uma das professoras em seguir as orientações para aplicação das atividades, o cancelamento de aulas devido a fatores externos da localidade da escola, o que evidenciam a baixa qualidade da educação no Brasil, segundo a autora.

Por último, ela destaca suas impressões a respeito dos resultados encontrados:

(...) chamam a atenção para a necessidade de maiores investimentos e esforços no sentido de melhorar a qualidade da educação pública

brasileira e, de modo especial, de aliar teoria e prática, a fim de ser ofertada às crianças uma educação baseada em evidências, assegurando-lhes o direito constitucional de aprendizagem (ROSAL, 2018, p. 95).

Na categoria **“Linguagem escrita”** incluímos três trabalhos, todos de Mestrado e relacionados com a área de Fonoaudiologia. O primeiro deles é uma Dissertação de Mestrado em Distúrbios da Comunicação, na Universidade Tuiuti do Paraná, escrito por Almeida (2013), com o título **“Alterações da linguagem escrita no processo de alfabetização no município de Cajati/SP”**.

O tema está relacionado com os distúrbios e dificuldades de aprendizagem, mais precisamente na linguagem escrita, o que fez com que o incluíssemos nessa categoria temática e não na de “Dificuldade e transtorno de aprendizagem”. O objetivo do trabalho foi de

Caracterizar, a partir das respostas oferecidas pelos professores, as alterações de aprendizagem que julgam estar presentes nos alunos e identificar as queixas referentes à escrita frequentemente detectadas pelos professores (ALMEIDA, 2013, p. 7).

Como público-alvo, participaram 21 professores/as atuantes nas turmas do 1º ao 3º ano do ciclo de alfabetização do município de Cajati/SP. Logo, a pesquisa se desenvolveu a partir de um questionário elaborado pela autora, em que os/as professores/as selecionados/as deveriam responder questões sobre o objetivo já mencionado do estudo.

Em sua proposta, Almeida (2013) verificou, após análise da resposta dos/as professores/as, que os/as alunos/as conseguem alcançar esses pré-requisitos ou habilidades necessárias à aprendizagem inicial da escrita durante o processo de alfabetização, já no final do ciclo.

Os/As professores/as demonstraram que as principais dificuldades dos/as alunos/as com relação à escrita são na correspondência fonema-grafema, na organização de frases e compreensão do significado das palavras, necessidade de repetir várias vezes uma ordem para compreensão, entre outras habilidades (ALMEIDA, 2013). Em relação às alterações de aprendizagem, os/as professores/as relataram, em sua maioria, a presença de alterações cognitivas e o histórico de alterações de linguagem anteriores à escolarização.

O uso das redes sociais onde não é necessário seguir à risca as regras da língua portuguesa na escrita, o apoio na oralidade, a falta de estímulo, são fatores

que estão, cada vez mais, tornando as pessoas menos proficientes na escrita, conforme a opinião de Almeida (2013). A autora concluiu sua pesquisa identificando que alterações de linguagem anteriores à escolarização podem prejudicar o desenvolvimento da alfabetização e que a identificação precoce dessas dificuldades permite intervenção também precoce, a fim de garantir a alfabetização no final do 3º ano do ensino fundamental.

O segundo trabalho da categoria é o de Souza, no ano de 2015, com o título de **“Análise de registros ortográficos de consoantes soantes no início da alfabetização”**, trata-se de uma Dissertação de Mestrado em Fonoaudiologia, na Universidade Estadual Júlio Mesquita Filho (UNESP), no campus de Marília/SP.

O tema da pesquisa está voltado para a aquisição da escrita e a representação ortográfica que as crianças fazem de determinadas consoantes. Desta forma, os objetivos de Souza (2015) foram:

Descrever o desempenho ortográfico de crianças, no que se refere ao registro de contrastes entre consoantes soantes de PB [Português brasileiro] em contexto de produção não controlada; verificar se o registro não convencional dessas consoantes sofre influência do acento lexical; categorizar os tipos de substituições ortográficas; verificar se as substituições envolvem elementos da grande classe das consoantes soantes; e verificar quais traços inerentes às subclasses das consoantes soantes (nasais e líquidas) seriam mais, ou menos, problemáticos no registro ortográfico desses segmentos (SOUZA, 2015, p. 8).

Trata-se de um estudo realizado a partir da coleta em um Banco de Dados de produções textuais feitas por alunos/as do 1º ano do ensino fundamental, de duas escolas públicas, de um município do interior de São Paulo, no ano de 2001. Foram incluídas na pesquisa de Souza (2015), 76 crianças sem queixas de dificuldade de linguagem e/ou de aprendizagem, informadas por pais ou professores/as.

A partir da análise realizada, a pesquisadora observa e sugere que, em relação à variável acento, os/as professores/as deveriam utilizar estratégias como enfatizar a pronúncia destes, para melhor percepção do contraste entre as acentuadas e não acentuadas por parte dos/as alunos/as. Em relação aos erros, Souza (2015) salienta que os/as professores/as devem conhecer quais são os esperados para a etapa em que os/as alunos/as se encontram, e a partir daí recorrer a métodos que favoreçam a superação dos mesmos.

Ao final do trabalho, Souza (2015) observa que as crianças se apoiam em suas vivências cotidianas com o uso da linguagem escrita, e não somente a questões fonológicas. A partir de sua pesquisa, a autora esperava contribuir na identificação das dificuldades escolares que são comuns no início do processo de alfabetização, minimizando encaminhamentos clínicos desnecessários, que podem ser resolvidos com estratégias adotadas pelo/a próprio/a professor/a em sala. Buscava também contribuir com outras áreas que estudam o desenvolvimento da alfabetização, como a educação, a linguística, psicologia e a própria fonoaudiologia.

O último trabalho da categoria “Linguagem escrita” é o de Pizarini (2017), refere-se à Dissertação de Mestrado em Fonoaudiologia, na UNESP, no campus de Marília/SP, com o título de **“Caracterização do desempenho ortográfico de fonemas oclusivos na escrita de crianças em início de alfabetização”**. O tema está relacionado com a aprendizagem da ortografia em crianças na fase inicial da alfabetização.

O objetivo da pesquisa foi

descrever o desempenho ortográfico de crianças quanto ao registro de fonemas oclusivos do PB [Português brasileiro]; verificar se a ausência do acento fonológico influencia a ocorrência de possíveis erros na ortografia desses fonemas; classificar o padrão de distribuição desses possíveis erros; classificar a distribuição dos possíveis erros em traços de ponto ou vozeamento; e verificar qual a direção dos traços envolvidos nesses possíveis erros (PEZZARINI, 2017, p. 8).

O material selecionado para a pesquisa foi retirado de um banco de dados, onde constam produções textuais de crianças que frequentavam o 1º ano do Ensino Fundamental, em duas escolas públicas do município de São José do Rio Preto. Foram selecionadas 839 produções e posteriormente divididas em grupos para análise da escrita. Nos resultados a autora aponta que as crianças apresentam uma estabilidade na escrita com maior número de acertos do que erros; os erros em relação ao acento foram predominantes nas sílabas não acentuadas e “foi possível confirmar a tendência entre os erros de se concentrarem entre grafemas que remetiam à classe das oclusivas” (PEZZARINI, 2017, p. 68).

O trabalho de Pizarini (2017) assemelha-se com o de Souza (2015), foram feitos pela mesma universidade e tiveram o mesmo orientador; ambos buscaram o mesmo Banco de Dados para realizar o estudo das produções textuais. Diferente de Souza (2015), a autora aqui menciona o município em que as crianças estudavam.

O tema de ambas tem a ver com o desempenho ortográfico das crianças em relação às consoantes do PB. A primeira averigua consoantes soantes, já a segunda estuda fonemas oclusivos.

A pesquisa evidencia que vários fatores interferem na escrita inicial, entre eles “aspectos relacionados à fonética e fonologia, à variação linguística e também a transparência da escrita dos fonemas oclusivos⁶” (PEZARINI, 2017, p. 69). O conhecimento desses fatores permite criar dados que auxiliem professores/as alfabetizadores/as e terapeutas da linguagem, envolvidos com o processo de alfabetização e avaliação na sua prática diária. A partir do momento em que os resultados de Pezarini (2017) não focam no erro, e sim, em verificar sua distância do acerto, permite também uma compreensão mais próxima do desenvolvimento real das crianças em fase de alfabetização.

Na categoria “**Linguagem oral**” se enquadram três pesquisas. A Dissertação de Mestrado Profissionalizante em Fonoaudiologia, na Universidade Veiga de Almeida de Dadalto (2006), é a primeira delas. Com o título de “**Características comuns à narrativa oral de crianças na pré-alfabetização**”, a autora tematizou sobre a narração oral de crianças e o que constam nessas narrativas. Para cumprir o objetivo da pesquisa “analisar aspectos constitutivos das narrativas de histórias e relatos em crianças de 5 e 6 anos” (DADALTO, 2006, p. 43), o estudo foi feito com 50 crianças, das classes de pré-alfabetização, de quatro escolas particulares da Praia do Canto, bairro da cidade de Vitória/ES.

Como critério de inclusão, não poderiam apresentar queixas de dificuldades de linguagem ou aprendizado mencionadas pela família ou escola. Para coleta dos dados, Dadalto (2006) pediu que as crianças narrassem a história “Chapeuzinho Vermelho” e fizessem um relato sobre algo vivenciado.

As narrativas têm um papel importante no desenvolvimento da oralidade e da escrita, fato constatado em muitos estudos a respeito do tema nas últimas décadas. Dadalto (2006), cita o estudo de Perroni (1992), onde verificou-se que a interação do adulto com a criança, fazendo perguntas estimuladoras, pode ajudar na construção e desenvolvimento da narrativa, quando ela não consegue sozinha.

⁶ Fonemas oclusivos são aqueles onde há uma grande obstrução do ar durante a passagem pela cavidade nasal ou oral /p, b, t, d, k, g/; consoantes soantes há uma obstrução moderada do ar na passagem pela cavidade nasal ou oral /m, n, ŋ, l, λ, r, R/ (PEZARINI, 2017; SOUZA, 2015).

As crianças participantes do estudo apresentavam bom domínio linguístico, com isso os resultados encontrados mostram que conseguem realizar a narração, tendo domínio das estruturas narrativas necessárias, tais como introduzir a cena, apresentar noções de tempo e lugar, descrever os personagens, desenvolver o tema e finalizar a história. A participação do adulto na narrativa envolvia a necessidade de *feedback*, já no relato foi preciso um diálogo, conforme Dadalto (2006) observou. No mais, as crianças apresentaram corretamente as noções de tempo, espaço, causalidade, um termo que foi usado frequentemente por elas foi o “ai”, como elemento de causa e temporalidade.

A pesquisa da autora corrobora com estudos já realizados, nos resultados encontrados. Destaca-se que o ponto de partida para a construção da escrita vem da interação social, da mediação com os adultos no processo da narrativa, mas anterior a isso, ressalta que é necessário um bom desenvolvimento das habilidades orais.

“O desenvolvimento da oralidade em crianças no ciclo da alfabetização” é o trabalho escrito por Veras (2015), uma Dissertação de Mestrado em Saúde da Comunicação Humana, do Centro de Ciências da Saúde na Universidade Federal de Pernambuco.

O tema da pesquisa abrange a linguagem oral e sua relação com o processo de alfabetização, sendo objetivo da autora “investigar como se processa o desenvolvimento da linguagem oral em crianças no ciclo de alfabetização” (VERAS, 2015, p. 9).

Cita o PNAIC como marco regulador, que esperava que ao final do ciclo de alfabetização, todas as crianças estivessem com as habilidades orais desenvolvidas. Estas habilidades dizem respeito à “participação de interação oral em sala de aula; exposição oral, debate, contação de história; produção de textos orais de diferentes gêneros; análise crítica de textos de diferentes gêneros” (VERAS, 2015, p. 11).

O público-alvo da pesquisa foram 90 alunos/as da fase do ciclo de alfabetização de uma escola pública no município de Jaboatão dos Guararapes/PE, e os/as 6 professores/as alfabetizadores/as das turmas. Foram excluídas da pesquisa, as crianças com “limitações sensoriais e ou transtornos” que pudessem comprometer o resultado da avaliação (VERAS, 2015).

Nas crianças, Veras (2015) avaliou o vocabulário por meio do teste ABFW⁷, a narração de um relato de experiência e argumentação oral, enquanto os/as professores/as responderam a questões individuais de cada aluno/a, sobre em qual nível de desenvolvimento da oralidade eles se encontravam, de acordo com sua percepção.

“A oralidade das crianças no ciclo de alfabetização está compatível com o que está proposto no PNAIC e em outros estudos teóricos? Os professores estão preparados para compreender o desenvolvimento da oralidade?” (VERAS, 2015, p. 12) são questões que a autora procurou investigar no decorrer de sua pesquisa e as retomou nos resultados.

A autora demonstrou que a realidade sociocultural e linguística dos participantes devem ser levadas em consideração ao avaliar os resultados da prova do vocabulário, uma vez que este sofre interferência desta questão. Uma sugestão de Veras (2015) é adequar a nomeação das imagens com o que é usual da localidade, entretanto os resultados revelam que o léxico das crianças esteve abaixo do esperado para a idade, de acordo com o teste ABFW. Com o avanço da série de alfabetização houve uma melhora na nomeação. Em relação à argumentação oral e narração, uma vez que para um bom desempenho é preciso um amplo vocabulário, Veras (2015) encontrou respostas que não foram condizentes com o esperado nas crianças das três séries do ciclo de alfabetização.

Com sua pesquisa, a autora buscou enfatizar a importância do desenvolvimento da oralidade e de estímulos adequados para tal, assim como a formação continuada por parte dos/as professores/as alfabetizadores/as, que favorece a identificação precoce de alterações de linguagem nos/as alunos/as no ciclo de alfabetização e possibilita o uso de metodologias que atendam a todos/as os/as alunos/as no processo de aquisição da leitura e da escrita (VERAS, 2015).

O trabalho de Saramago (2011), “**Análise da narrativa oral em crianças no 1º ano do ensino fundamental em uma escola pública de São Gonçalo**”, ainda na categoria “Linguagem oral”, é uma Dissertação em Mestrado Profissionalizante em Fonoaudiologia, realizado na Universidade Veiga de Almeida, todavia não foi

⁷ O ABFW é um teste de linguagem infantil formado por quatro provas padronizadas e validadas (com referências às normas típicas), nas áreas de Fonologia, Vocabulário, Fluência e Pragmática. Sua sigla faz menção ao sobrenome das autoras do mesmo (ANDRADE, Cláudia Regina Furquim de; BÉFI-LOPES, Débora Maria; FERNANDES, Fernanda Dreux Miranda; WERTZNER, Haydée Fiszbein).

possível encontrá-lo na íntegra, o que obtemos foi um pequeno resumo. Este trabalho investigou a narrativa oral e a relação com o fracasso escolar. O objetivo foi analisar a narrativa de alunos/as do 1º ano do Ensino Fundamental das Escolas Estaduais, na busca de possíveis explicações para o fracasso escolar neste segmento.

No objetivo, a autora aborda que sua pesquisa seria realizada em escolas, porém, no mesmo resumo, ela cita somente uma escola pública do município de São Gonçalo, onde 52 crianças divididas em 4 grupos participaram do estudo. Os grupos foram divididos em gêneros e participação ou não em instituição de amparo ou creches não legalizadas, para coleta da narrativa. Não foi especificado o que foi utilizado para incitar a narrativa. Os resultados de Saramago (2011) mostram que as crianças estão em etapa abaixo do esperado, somente 10% narraram, e não houve diferença entre gêneros, apenas entre ter frequentado creche ou não, demonstrando a importância da Educação Infantil, pois entendeu-se que estes apresentaram melhores resultados.

“Consciência fonológica e memória” foi outra categoria temática e nela inserimos dois trabalhos. O primeiro deles refere-se à Dissertação de Mestrado em Psicobiologia, na Universidade Federal de São Paulo. Barbosa (2005), nomeou seu trabalho como **“Memória operacional fonológica, consciência fonológica e linguagem nas dificuldades de alfabetização”**. O tema está relacionado com as dificuldades de alfabetização encontradas nas crianças e quais alterações cognitivas podem ocasionar o baixo desempenho escolar. De tal maneira, o objetivo da pesquisadora foi “verificar a existência de alterações nas habilidades de Memória Operacional Fonológica (MOF), Consciência Fonológica (CF) e Linguagem (aspectos semânticos, sintáticos e fonológicos) em crianças com dificuldades de aprendizagem” (BARBOSA, 2005, p. 25).

A dificuldade de alfabetização pode estar relacionada com alterações cognitivas que certas crianças manifestam no início do período de aprendizagem escolar, podendo comprometer toda sua vida acadêmica ou resultar em evasão escolar, e até o analfabetismo funcional. Os estudos a respeito das causas desse problema têm aumentado significativamente nos últimos anos, diz a autora Barbosa (2005).

O *corpus* do trabalho foi composto por 53 alunos/as, matriculados/as na 2ª série do ensino fundamental de duas escolas públicas do bairro Vila Mariana, da

cidade de São Paulo. Após uma triagem, as crianças foram divididas em dois grupos – grupo com dificuldades de alfabetização (GDA) e grupo sem dificuldades de alfabetização (GDSA). Os participantes não poderiam apresentar alterações neurológicas ou psiquiátricas, fazer uso de medicamentos que pudessem alterar o resultado das avaliações e tampouco nível de inteligência rebaixada para participar do estudo (BARBOSA, 2005).

Para verificar os objetivos propostos foram realizados, pela pesquisadora, testes para avaliar as habilidades cognitivas gerais e testes para as habilidades de MOF, CF e de linguagem. Os resultados encontrados por Barbosa (2005) indicam que o GDA apresentou desempenho inferior ao GDSA em todas as tarefas envolvidas, ou seja, neste grupo todas as habilidades estão aquém do esperado.

A autora afirma que o reconhecimento das habilidades que as crianças apresentam dificuldades possibilita a identificação precoce de alterações, sendo importante também para propiciar mudanças na metodologia adotada no ensino, de modo a favorecer novas formas de aprendizagem da leitura e da escrita pela criança. Não menos importante, ela salienta que essas dificuldades podem ser provenientes de alterações em nível de consciência fonológica e habilidades orais anteriores ao período de alfabetização (BARBOSA, 2005).

O segundo trabalho da categoria é a Dissertação de Mestrado Profissionalizante em Fonoaudiologia, na Universidade Veiga de Almeida, Rio de Janeiro, cuja autoria é de Cardoso (2011), sob o título de **“A consciência fonológica e a memória de trabalho de crianças com e sem dificuldade na alfabetização”**. Seu tema preocupa-se com o processo de alfabetização e as habilidades de memória e consciência fonológica, indispensáveis nesse percurso, sendo assim o objetivo do trabalho foi “investigar as habilidades de consciência fonológica e de memória de trabalho, bem como sua influência no momento de aprendizagem da alfabetização em um grupo de crianças intelectualmente normais com e sem dificuldades” (CARDOSO, 2011, p. 111). Os participantes da pesquisa foram crianças matriculadas nos 2º e 3º anos do ensino fundamental, de uma escola pública, totalizando 40 alunos/as que foram divididos em dois grupos de iguais quantidades, de acordo com o nível de alfabetização. O grupo 1 era formado por crianças com dificuldades de alfabetização e o grupo 2, por aqueles sem alterações.

Foram incluídos no estudo as crianças que apresentaram resultados adequados nos testes de QI e exames audiométricos. Para identificar os níveis de

alfabetização foi realizado prova escrita de ditado, em seguida o teste CONFIAS (Consciência Fonológica Instrumento de Avaliação Sequencial) para tarefas de consciência silábica e fonêmica; e por último o teste de memória de trabalho (CARDOSO, 2011).

A análise dos resultados apontou que o grupo com dificuldades de alfabetização apresentou resultados abaixo da média nos testes de consciência fonológica (CONFIAS), e memória de trabalho, este último variando de acordo com o nível de escrita que as crianças se encontravam, entre mediano e baixo desempenho. O grupo sem dificuldade de alfabetização apresentou bom desempenho na consciência fonológica e memória de trabalho. Ao relacionar estes resultados com o de outros estudos, a pesquisadora confirmou que existe uma “correlação entre os níveis de consciência fonológica e de aquisição da linguagem escrita” (CARDOSO, 2011, p.113).

Com sua pesquisa Cardoso (2011), procurou mostrar a relação entre as habilidades de consciência fonológica e memória de trabalho, evidenciando que alterações em umas destas habilidades podem interferir no desenvolvimento da alfabetização de crianças sem alterações cognitivas, e que a avaliação destas no início do processo de alfabetização permite um bom prognóstico de como será o decorrer da aprendizagem na alfabetização.

Ainda que ambos trabalhos incluídos nessa categoria temática denominada de “Consciência fonológica e memória” tivessem como sujeitos de pesquisas, as crianças com dificuldade de aprendizagem, observamos que foram muito mais numa perspectiva comparativa, focalizando uma análise sobre as habilidades linguísticas, fonológicas e cognitivas no processo de alfabetização.

A categoria “**Desenvolvimento infantil**” foi associada a dois trabalhos: a Dissertação de Mestrado em Ciências do Movimento e Reabilitação de Londero (2018), apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Física da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS). “**Análise da capacidade cognitiva e motora fina de escolares em processo de alfabetização**” está relacionado com o estudo de aspectos motores e cognitivos presentes no desempenho escolar de crianças em processo de alfabetização.

O objetivo da autora em “investigar a relação entre a atenção concentrada, inteligência e motricidade fina em escolares do 1º ao 3º ano do ensino fundamental” (LONDERO, 2018, p.15) foi desenvolvido numa pesquisa realizada com 87

alunos/as de uma escola pública estadual de Santa Maria/RS. Todos os/as alunos/as estavam em processo de alfabetização, e foram divididos em grupos de acordo com o ano de escolaridade. G1 para alunos/as do 1º ano, G2 os/as alunos/as do 2º ano, e G3 os do 3º ano. Alunos/as com deficiência, repetentes ou que não entregaram o termo de participação devidamente assinado foram excluídos/as do estudo de Londero (2018).

Para coleta das informações, a autora lançou mão do R2-Teste Não Verbal de Inteligência para Crianças, que verifica o potencial de inteligência através da apresentação de pranchas contendo figuras de objetos concretos e abstratos, faltando uma parte. A criança deveria completar essa parte faltante entre as opções disponíveis. O Sistema de Testes de Viena® (STV), foi o utilizado a fim de avaliar a atenção concentrada e motricidade fina, nele existem vários subtestes com exercícios específicos para estas habilidades (LONDERO, 2018).

Foram encontradas diferenças significativas entre o G1 e G3 nas habilidades avaliadas. O G3 apresentou desempenho superior na atenção, inteligência e motricidade fina, evidenciando que a etapa mais avançada de escolaridade favorece a esses resultados, pois os mesmos já têm um domínio maior da escrita que os demais grupos. Apesar das diferenças nos resultados, a autora salienta que apesar de o desenvolvimento ser “mais lento” nos 1º e 2º anos, há uma melhora progressiva nas capacidades cognitivas e motoras destas crianças com o decorrer da escolarização (LONDERO, 2018).

Os resultados evidenciaram que as habilidades avaliadas têm influência sobre o período inicial da alfabetização. Crianças com atraso motor apresentam dificuldades de aprendizagem, conforme Londero (2018) verificou em trabalhos anteriores, que abordaram a aprendizagem motora e intelectual, justificando a importância de a educação física trabalhar as capacidades motoras e cognitivas da criança, em conjunto com o/a professor/a alfabetizador/a e os/as demais docentes.

Ao final de sua dissertação, Londero (2018) retrata a necessidade de outros estudos com uma amostra maior, abrangendo mais níveis escolares e também o contexto familiar para confirmar a relação dessas variáveis no processo de alfabetização e sua importância.

Em relação ao segundo trabalho da categoria “Desenvolvimento infantil”, não foi possível encontrá-lo completo, dessa maneira fizemos a análise a partir do resumo encontrado no Banco de Dados da CAPES. **“Processamento auditivo e**

fonológico em crianças: influência da faixa etária e da alfabetização”, trata-se da Dissertação de Mestrado em Distúrbios da Comunicação Humana (Fonoaudiologia), na Universidade Federal de São Paulo, elaborado por Almeida (2000).

Almeida (2000) propôs analisar habilidades auditivas, presentes ou não, em crianças no início do processo de alfabetização, por meio de testes. Seu objetivo geral foi

comparar o desempenho de crianças de diferentes faixas etárias, semialfabetizadas e alfabetizadas, nos testes SSW (*Staggered spondaic word*) em português e de consciência fonológica, considerando a presença ou não de habilidades auditivas de localização sonora e/ou memória sequencial de sons alteradas, que evidenciaram alto ou baixo risco para dificuldades escolares (ALMEIDA, 2000, p.1)

Um total de 81 alunos/as, matriculados entre o último ano da Educação Infantil e o 2º ano do Ensino Fundamental, de escolas do município de São Paulo, participaram do estudo. Os resultados foram analisados levando em conta fatores como faixa etária, risco para dificuldades escolares, grau de alfabetização e inabilidades auditivas no processamento fonológico, sendo que quanto menor a faixa etária, e mais alto o risco para dificuldades escolares, influenciaram negativamente no resultado de ambos os testes, SSW e consciência fonológica (ALMEIDA, 2000).

O teste SSW é usado na avaliação do processamento auditivo central, nele são apresentadas às crianças 40 sequências de quatro palavras cada, elas devem reconhecer e repetir em voz alta a sequência. As palavras são apresentadas na orelha esquerda, depois na esquerda e direita simultaneamente, e por último na direita. Essas palavras são paroxítonas dissilábicas, extraídas do português brasileiro (BECKER, 2011).

As alterações encontradas no teste SSW indicaram prejuízos na decodificação e organização, habilidades auditivas essenciais para o desempenho da leitura e escrita. A primeira relacionada com alterações em nível fonêmico, que podem ocasionar dificuldades na leitura e soletração, e a segunda com dificuldades de organizar a informação na ordem, afetando a ortografia, onde pode aparecer inversão na ordem das letras. O grau de alfabetização e risco para dificuldades escolares comprometeu o resultado das crianças em diversas tarefas do teste de consciência fonológica (ALMEIDA, 2000).

O **“Letramento”** foi uma categoria levantada, nela foi encontrado somente um trabalho durante a busca de dados, porém não foi possível acessá-lo por completo, somente o resumo, dificultando uma análise mais detalhada. **“Análise do conhecimento de professores acerca da conceituação de letramento”** refere-se a uma Dissertação de Mestrado em Distúrbios da Comunicação, da Faculdade de Ciências Biológicas da Saúde, na Universidade Tuiuti do Paraná, escrito por Souza (2008). O tema central da pesquisa é o letramento, abordando também questões sobre alfabetização, justificando a criação dessa última categoria temática. O objetivo da pesquisadora foi “analisar o conhecimento de um grupo de professores acerca da conceituação de letramento, bem como as práticas pedagógicas desses profissionais relacionadas a tal conceito” (SOUZA, 2008, p.1).

Foi realizada uma pesquisa de campo com 100 professores/as do ciclo de alfabetização. Souza (2008) procurou conhecer sobre a formação acadêmica, o conhecimento sobre linguagem escrita, o que sabiam sobre alfabetização e letramento, e por último, quais práticas baseadas na perspectiva do letramento, os alfabetizadores realizavam.

De acordo com as respostas obtidas, verificou-se que a grande maioria não tem conhecimento sobre letramento (87%), alguns já leram ou participaram de eventos sobre o tema. E sobre as práticas pedagógicas Souza (2008), afirma que é necessário investigar, uma vez que eles respondem desenvolver atividades que visam o letramento, mas suas respostas não foram condizentes de que realmente entendem sobre o tema.

Nesta seção realizamos análise dos trabalhos sobre alfabetização de crianças cadastrados na grande área de ciências da saúde, no Banco de Dados da CAPES. As dezenove teses e dissertações foram alocadas em sete categorias, a partir da frequência de temáticas que se aproximavam. Foram elas: Aprendizagem da leitura e da escrita, Consciência fonológica e memória de trabalho, Desenvolvimento infantil, Dificuldade e transtorno de aprendizagem, Letramento, Linguagem escrita, Linguagem oral.

De forma geral, os trabalhos inventariados abordaram questões relacionadas à pesquisa de habilidades linguísticas, fonológicas e cognitivas necessárias para aquisição da leitura e escrita, investigando a relação de alterações em uma dessas áreas e o processo de alfabetização. Algumas categorias focaram em descrever um determinado transtorno de aprendizagem, outras se preocuparam com a aplicação

de testes para identificação precoce das crianças que apresentam “risco” ou “alterações” na aprendizagem. Observamos similitudes e dissonâncias entre as pesquisas. Por fim, um dos aspectos que gostaríamos de chamar a atenção é que os sujeitos participantes das investigações, em sua grande maioria, são crianças diagnosticadas com dificuldades de aprendizagem, o que tornou-se um foco das teses e dissertações sobre alfabetização, na área da ciências da saúde.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como mencionado na introdução desta pesquisa, vale reiterar que a alfabetização tem ganhado destaque no cenário acadêmico e na sociedade. A busca em formar cidadãos e cidadãs críticos/as, conscientes e capazes de modificar nossa sociedade é objetivo em comum de nossas escolas, garantindo uma aprendizagem de qualidade e assegurando que todas as crianças aprendam a ler e escrever.

Aliando a área de ciências da saúde com o campo educacional, esta pesquisa buscou mapear e analisar as produções acadêmicas relacionadas ao tema alfabetização no âmbito da área de ciências da saúde, assim como verificar quais as contribuições trazem para o campo da alfabetização de crianças no Brasil. Trata-se de uma pesquisa de estado do conhecimento e faz parte de uma investigação mais ampla, iniciada pela professora Magda Soares em meados da década de 80. Atualmente, a pesquisa “Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento” (ABEC) é coordenada pela professora Francisca Izabel Pereira Maciel e seus colaboradores de diversas localidades do país, entre eles, o professor Juliano Guerra Rocha, orientador deste Trabalho de Conclusão de Curso. O ensejo é que este levantamento possa incorporar a Base de Dados da ABEC, contribuindo para futuros estudos no campo da alfabetização infantil.

Nesse sentido, o objetivo geral do trabalho concentrou-se em mapear e analisar as produções acadêmicas sobre alfabetização de crianças no âmbito da área de ciências da saúde. Ao longo da pesquisa, discorreremos sobre autores que realizaram pesquisas do tipo “estado do conhecimento”, e abordaram sobre a importância e os desafios na realização da investigação. Tornar disponível a outros/as pesquisadores/as e à sociedade estes trabalhos é uma forma de compartilhar os achados, as lacunas, respostas e também abrir oportunidade a novos temas para serem pesquisados.

Consideramos que o objetivo proposto foi contemplado, apesar de não ser um número alto de trabalhos encontrados na área de ciências da saúde, as pesquisas identificadas trouxeram um olhar específico ao tema. Após analisar os dezenove trabalhos, verificamos que, em sua maioria, os trabalhos foram realizados por fonoaudiólogos, há também profissionais da educação física, da medicina, enfim, todos de certa forma, demonstraram suas preocupações e visões com/sobre processo de alfabetização.

Os resultados das pesquisas contribuem com o campo da alfabetização, a partir do momento em que trazem informações sobre o desenvolvimento cognitivo e fonológico do estudo, o que é esperado da criança durante o período de alfabetização ou não, orientam os/as professores/as para que por meio de práticas e aplicação de instrumentos avaliativos, formação continuada, possam ter um olhar diferenciado e sejam capazes de identificar questões de risco, que sugerem dificuldades da criança e podem prejudicar o processo de alfabetização.

Um dado encontrado reiteradamente nas contribuições das pesquisas foi sobre a importância de o/a professor/a rever sua metodologia e prática de ensino, em prol de beneficiar aquele/a aluno/a com dificuldade no processo de aprendizagem da leitura e da escrita. A identificação precoce de qualquer alteração na aprendizagem é fator chave para o sucesso no processo de alfabetização, pois a partir do momento em que se identifica tal alteração, a criança tem a possibilidade de buscar ajuda multiprofissional em tratamentos que possam favorecer seu desenvolvimento cognitivo e fonológico.

As pesquisas demonstram que o/a professor/a precisa saber identificar e agir sobre os transtornos e dificuldades de aprendizagem, encaminhando o quanto antes as crianças com risco para alterações, a fim de evitar maiores danos no processo de aprendizagem e alfabetização.

O resultado a que algumas pesquisas chegaram, afirmando que o desenvolvimento de habilidades orais anteriores à entrada da criança na escola tem influência sobre o processo de alfabetização, permitiu que de certa forma respondesse também à minha primeira questão de pesquisa, observando que o atraso de fala pode interferir no processo de aquisição da leitura e da escrita. Quando essas habilidades orais se encontram alteradas desde cedo, podem refletir e ocasionar as dificuldades de aprendizagem.

A parceria entre professor/a e profissionais da saúde no planejamento de ações e de atividades também foi outro dado levantado que pode contribuir com o campo da alfabetização de crianças. O profissional da área da saúde tem consciência que sozinho não conseguirá resolver as dificuldades da criança, que é necessário um trabalho em equipe.

Os testes, por si só, não garantem um diagnóstico efetivo, com a visão do/a professor/a foi possível ter um olhar mais apurado sobre as dificuldades do/a aluno/a, e realizar um diagnóstico mais preciso. O reconhecimento, nestas

pesquisas, da importância do/a professor/a no processo de diagnóstico e identificação das crianças com dificuldades e transtornos de aprendizagem é um fato que merece destaque.

Assim como todas pesquisas de estado do conhecimento, esta não se encerra aqui, mas abre portas a outras. Outros critérios de inclusão e exclusão podem ser inseridos para ampliar o número de trabalhos encontrados, outros aspectos além de ano, nível, universidade, região, curso e categorias temáticas podem ser acrescentados para análise. No decorrer da investigação surgiram outros questionamentos, que podem ser respondidos em outras pesquisas ou em uma continuidade dessa. Investigar sobre quais metodologias seriam adequadas ou são utilizadas com as crianças que apresentam dificuldades no processo de alfabetização seria uma possibilidade de outra investigação.

Um outro dado apurado nas análises e que deixa uma lacuna, diz respeito às questões sociais e culturais, haja visto que a maioria das pesquisas da área de ciências da saúde preocupam-se com a aplicação de testes, em avaliar a presença ou ausência de habilidades específicas e desprezam o ambiente, as questões culturais, a bagagem anterior a que estes sujeitos estão inseridos. Sabemos que estes dados podem interferir nas questões da alfabetização e nas respostas aos testes aplicados.

Compreendemos que mesmo com as lacunas entre as publicações e a quantidade de trabalhos encontrados sobre alfabetização, a área de ciências da saúde se preocupa com questões educacionais e as dificuldades de alfabetização, todavia é necessário difundir mais estes trabalhos, a fim de partilhar com a sociedade, a escola e comunidade acadêmica os resultados encontrados.

Como fonoaudióloga e futura pedagoga fiquei muito encantada em ler pesquisas que fazem interface entre o campo educacional e a saúde. Ao ler trabalhos de outros pesquisadores/as da área, reitero um aspecto que observava no consultório, ao atender crianças com queixas escolares: sozinhos/as, nós, profissionais da saúde, não podemos solucionar as dificuldades de aprendizagem das crianças, sem apoio do/a professor/a em sala de aula, através da adaptação de atividades, do uso de metodologias adequadas. A terapia fonoaudiológica isolada não consegue, por si, fazer com que uma criança seja alfabetizada.

Após a realização deste trabalho conclui, reafirmei um fato recorrentemente especificado: a identificação precoce das dificuldades de aprendizagem, a

intervenção adequada, o apoio dos pais, da família em geral, do/a professor/a que mesmo diante uma turma com alunos/as diferentes, mas que se dispõe a modificar sua metodologia, adaptar atividades a esse/a aluno/a com dificuldade de aprendizagem, tudo isso são fatores fundamentais para se chegar ao objetivo principal, que é a alfabetização, e oferecer uma educação de qualidade.

Não podemos culpabilizar os/as estudantes pelo fracasso na alfabetização, pois todos são capazes de aprender. As pesquisas demonstram que é preciso, urgentemente, que os profissionais da educação mudem o pensamento de que não há tempo para modificar a metodologia de ensino para favorecer somente um determinado aluno/a porque ele apresenta dificuldade. As análises apontam sutilmente este fato, e sugerem, como supracitado, a necessidade de o/a professor/a visitar sua metodologia. O profissional que não se dispõe a modificar sua conduta na busca de possibilitar o pleno desenvolvimento de seus/suas educandos/as, de acordo com sua capacidade cognitiva, está negando a eles o direito à aprendizagem, vai contra a lei e fere toda conduta ética a qual um/a professor/a deveria seguir.

Finalizo este trabalho com o pensamento de que o conhecimento científico deve ser compartilhado, sim, com toda a comunidade acadêmica e sociedade, para que possamos dividir descobertas e somar resultados.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Cristiana Corrêa De. **Processamento auditivo e fonológico em crianças: influência da faixa etária e da alfabetização**. 2000. 119 p. Dissertação (Mestrado em Distúrbios da Comunicação Humana) - Universidade Federal De São Paulo, São Paulo, 2000.
- ALMEIDA, Gleide Viviani Maciel. **Alterações da Linguagem Escrita no processo de Alfabetização no Município De Cajati/SP**. 2013. 66 p. Dissertação (Mestrado em Distúrbios da Comunicação) - Universidade Tuiuti Do Paraná, Curitiba, 2013.
- BALBINO, Keila Tatiane Da Silva. **O programa ler e escrever e o ensino e aprendizagem da leitura e escrita: estudo de caso**. 2016. 89 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação Humana e Saúde) - Pontifícia Universidade Católica De São Paulo, São Paulo, 2016.
- BARBOSA, Thaís. **Memória operacional fonológica, consciência fonológica e linguagem nas dificuldades de alfabetização**. 2005. 91 p. Dissertação (Mestrado em Psicobiologia) - Universidade Federal De São Paulo, São Paulo, 2005.
- BECKER, Karine Thaís et al. Teste SSW em escolares de 7 a 10 anos de dois distintos níveis socioeconômico-culturais. **Arquivos Internacionais de Otorrinolaringologia**, v. 15, p. 338-345, 2011.
- COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). **Banco de dados**. Disponível em: <<https://catalogodeteses.CAPES.gov.br/catalogo-teses/#!/>>. Acesso em: 20 de março de 2023.
- CARDOSO, Andreia Martins De Souza. **A Consciência Fonológica e a Memória de Trabalho de Crianças com e sem Dificuldade na Alfabetização**. 2011. 67 p. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Fonoaudiologia) - Universidade Veiga De Almeida, Rio de Janeiro, 2011.
- CORRÊA, Kelli Cristina Do Prado. **Competências para a leitura e escrita em escolares iniciantes no processo de alfabetização**. 2015. 109 p. Dissertação. (Mestrado em Fonoaudiologia) - USP - Faculdade De Odontologia De Bauru, Bauru, 2015.
- DADALTO, ELIANE VARANDA. **Características comuns à narrativa oral de crianças na pré-alfabetização**. 2006. 103 p. Dissertação. (Mestrado Profissionalizante em Fonoaudiologia) - Universidade Veiga De Almeida, Rio de Janeiro, 2006.
- FERREIRA, Jairo Roberto Paim. **Saúde escolar: aspectos biopsicossociais de crianças com dificuldades de aprendizagem**. 2007. 102 p. Dissertação. (Mestrado

em Ciências do Movimento Humano) - Universidade Do Estado De Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação & Sociedade**, Campinas, SP. Ano XXIII, nº 79, p. 257-272, agosto 2002.

GUIMARÃES, Márcia Campos Moraes. **Estado do conhecimento da alfabetização no Brasil (1944-2009)**. 2011. 212 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2011.

LIMA, Edson Alexandre De. **A remediação fonológica como facilitadora na apropriação da leitura e da escrita por crianças de salas de recursos multifuncionais**. 2017. 143 p. Dissertação. (Mestrado em Fonoaudiologia) - USP, Faculdade De Odontologia De Bauru, São Paulo, 2017.

LONDERO, Alice Arruda. **Análise da capacidade cognitiva e motora fina de escolares em processo de alfabetização**. 2018. 69 p. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento e Reabilitação) - Universidade Federal De Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2018.

LUCCA, Treyce Rosemary Christina Vicente De. **Revisão sistemática: estratégias de intervenção fonoaudiológica em alfabetizandos com dificuldades de aprendizagem**. 2013. 76 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação Humana e Saúde) - Pontifícia Universidade Católica De São Paulo, São Paulo, 2013.

LUPASSA, Ezequiel Chassungo. **Aprendizagem da leitura e escrita: o estado da arte no período de 2010 a 2014**. 2015. 88 p. Dissertação (Mestrado em Comunicação Humana e Saúde) - Pontifícia Universidade Católica De São Paulo, São Paulo, 2015.

MACIEL, Francisca Izabel Pereira. Onde estão as pesquisas sobre alfabetização no Brasil? **Revista Brasileira De Alfabetização**. São Paulo, v. 1, n. 10, p. 58-59, 2019.

MACIEL, Francisca Izabel Pereira; ROCHA, Juliano Guerra. Alfabetização no Brasil, o estado do conhecimento: histórias e memórias no Ceale/FaE/UFMG. In: V Congresso Brasileiro de Alfabetização, 2021, Florianópolis. **Anais do V Congresso Brasileiro de Alfabetização**. Florianópolis: Udesc, 2021. p. 1-11.

MACIEL, Francisca Izabel Pereira. Alfabetização no Brasil: pesquisas, dados e análises. In: MORTATTI, Maria do Rosário Longo; FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva (Orgs.). **Alfabetização e seus sentidos: o que sabemos, fazemos e queremos?** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Editora Unesp, 2014.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo; OLIVEIRA, Fernando Rodrigues de; PASQUIM, Franciele Ruiz. 50 anos de produção acadêmica brasileira sobre alfabetização: avanços, contradições e desafios. **Interfaces da Educ.**, Paranaíba, v.5, n.13, p.06-31, 2014.

PEZARINI, Isabela De Oliveira. **Caracterização do desempenho ortográfico de fonemas oclusivos na escrita de crianças em início de alfabetização**. 2017. 75 p. Dissertação (Mestrado em Fonoaudiologia) - Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho, Marília, 2017.

PRATES, Ana Cristina Melo. **Desempenho de leitura e escrita de palavras isoladas e pseudopalavras de escolares do 3º ano**. 2017 99 p. Dissertação (Mestrado em Distúrbios da Comunicação Humana) - Universidade Federal De Santa Maria, Santa Maria, 2017.

ROCHA, Juliano Guerra; GOULART, Ilsa do Carmo Vieira . Paralfaletrar o Brasil, Alfalendo a palavravmundo: práticas de leitura e escrita na alfabetização. **Linha Mestra**, v. 17, n. 50, p. 6-15, 2023.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte” em educação. **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 6, n.19, p.37-50, set./dez. 2006.

ROSAL, Angélica Galindo Carneiro. **Modelo de resposta à intervenção para a identificação precoce dos transtornos de aprendizagem em escolares no ciclo de alfabetização**. 2018. 167 p. Tese (Doutorado em Saúde da Criança e do Adolescente) - Universidade Federal De Pernambuco, Recife, 2018.

SARAMAGO, Michelle Pinheiro de Abreu. **Análise da narrativa oral em crianças no 1º ano do ensino fundamental em uma escola pública de São Gonçalo**. 2011. 73 p. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Fonoaudiologia) Universidade Veiga De Almeida, Rio de Janeiro, 2011.

SOARES, Magda Becker. **Alfabetização o Brasil: o estado do conhecimento**. Brasília: INEP, REDUC, 1989.

SOARES, Magda. As muitas facetas da alfabetização. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 52, p. 19-24, fevereiro de 1985.

SOARES, Magda Becker; MACIEL, Francisca Izabel Pereira. **Alfabetização**. Brasília: MEC/Inep/Comped, 2000.

SOUZA, Claudiane Hornes Ferrari Antunes de. **Conhecimento de professores acerca da conceituação de letramento**. 2008. 1 p. Dissertação (Mestrado em Distúrbios da Comunicação) - Universidade Tuiuti Do Paraná, Curitiba, 2008.

SOUZA, Suellen Vaz De. **Análise de registros ortográficos de consoantes soantes no início da alfabetização**. 2015. 111 p. Dissertação. (Mestrado em Fonoaudiologia) - Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho, Marília, 2015.

SPERRHAKE, Renata; AZAMBUJA, Luiza; PICCOLI, Luciana. Alfabetização e consciência fonológica na produção acadêmica em nível de pós-graduação no Rio Grande do Sul (1993-2020). In: TROQUEZ, Marta Coelho Castro; SILVA, Thaise da; MILITÃO, Andréia Nunes (Orgs.). **Educação, formação de professores e práticas educativas**. Campo Grande, MS: Editora Oeste, 2022.

VERAS, Daniele Siqueira. **O desenvolvimento da oralidade em crianças no ciclo da alfabetização**. 2015. 95 p. Dissertação. (Mestrado em Saúde da Comunicação Humana) - Universidade Federal De Pernambuco, Recife, 2015.